

RELATÓRIO TJGO 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO
BIÊNIO 2023 / 2025



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

01

MENSAGEM DO PRESIDENTE

4

02

APRESENTAÇÃO

6

03

PRÊMIOS

8

3.1	Prêmio CNJ de Qualidade 2023 - Diamante pela 2ª vez	8
3.2	Radار da Transparência Pública de 2023	9
3.3	Ranking da Transparência do Poder Judiciário do Estado de Goiás	9
3.4	21ª Edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	10
3.5	Prêmio Justiça e Saúde	10
3.6	4ª Edição do Prêmio Liderança Exponencial	11
3.7	2ª Edição do Prêmio Produtividade do TJGO	12

04

EXPANSÃO DO QUADRO DE MAGISTRADAS(OS) E SERVIDORAS(ES)

14

4.1	Novas desembargadoras e novos desembargadores	14
4.2	Juízes Substitutos em Segundo Grau	15
4.3	Juízes Substitutos	15
4.4	58º Concurso Público de Juiz Substituto do Estado de Goiás	15
4.5	Novas servidoras e novos servidores	16
4.6	Residentes jurídicos	17

GOVERNANÇA

18

5.1	Gestão Participativa	18
5.2	Acessibilidade e Inclusão	19
5.3	Sustentabilidade	20
5.4	Campanhas da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude	22
5.5	Igualdade Racial	24
5.6	População em situação de rua	28
5.7	Mulheres em situação de violência doméstica	28
5.7.1	Regularização dos Imóveis de Propriedade do Poder Judiciário	31
5.8	Judicialização da Saúde	31
5.9	Justiça Itinerante	32
5.10	Política de Enfrentamento e Prevenção do Assédio Sexual, do Assédio Moral e da Discriminação no Poder Judiciário	39
5.11	Política de Gestão Documental e Memória	40
5.12	Justiça Restaurativa	41
5.13	Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo	44
5.14	Audiências de Custódia	46
5.15	Programa Custódia Ágil	46
5.16	Gestão da Inovação	48
5.17	Gestão de pessoas e aperfeiçoamento profissional	49
5.17.1	Diretoria de Gestão Pessoas	49
5.17.2	Centro de saúde	52
5.17.3	Escola Judicial	54
5.17.4	11º Fórum de TIC	55

05

5.17.5	Institucionalização sobre implantação opcional do Gabinete Virtual (Decreto 1.591/2023)	55
5.18	Implantação da Central Eletrônica de Mandados (CEM)	56
5.18.1	Implantação da Central do SEEU	56
5.18.2	Perfil IBGE	56
5.18.3	Perfil Cidadão - Jus Postulandi	57
5.18.4	Melhorias no Projudi	57
5.18.5	Central Única de Contadores	58
5.19	Precatórios	59
5.20	Cooperação Judiciária	60
5.21	Convênio Pagamento Planejado RPVs - Estado de Goiás e Poder Judiciário	61
5.22	Operação RPV Legado	61
5.23	CPE Day - Dezembro de 2023	61
5.24	Segurança institucional	62
5.25	Comunicação Social	63

06

PRODUTIVIDADE

64

6.1	Assuntos de Recursos Constitucionais	64
6.2	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPNAC	64
6.3	Núcleo de Aceleração de Julgamentos (NAJ)	65
6.4	NAJ Audiências	66
6.5	Núcleos da Justiça 4.0	66
6.6	Atos de Construção Eletrônica	68
6.7	Plantão judicial	69
6.8	Metas Nacionais	69
6.8.1	Precatórios	70
6.9	Justiça Ativa	70
6.10	Pró-Juri	71
6.11	Acelerar Previdenciário	71

07

DADOS E TECNOLOGIA

72

7.1	Índice de Governança, Infraestrutura em Tecnologia da Informação e Comunicação	72
7.2	Balcão Virtual	72
7.3	Pontos de Inclusão Digital do Poder Judiciário	73
7.4	Ferramentas de automação	73
7.5	Painéis de BI	78
7.6	Inteligência Artificial	80

08

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

82

8.1	Criação de novas unidades judiciárias de primeiro grau	82
8.2	Instalação do Núcleo Virtual de Conciliação e de Mediação	83
8.3	Distribuição de Cargos e Funções Comissionadas	84
8.4	Ações de Infraestrutura	85

MENSAGEM DO PRESIDENTE



A publicação do Relatório de Gestão Anual do TJGO reforça o compromisso do Tribunal com o público interno e externo, evidenciando realizações e iniciativas que promovem o reconhecimento e a confiança da sociedade na justiça goiana. O relatório atua como um instrumento de transparência, permitindo ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás prestar contas à sociedade, aos órgãos de controle e aos demais poderes do Estado. A sociedade tem o direito de conhecer e avaliar a gestão eficiente do setor pú-

blico, com acesso ativo e atualizado às informações.

Além disso, o relatório serve como um instrumento de comunicação interna, unindo magistrados, servidores e colaboradores na atuação articulada para o funcionamento do Poder Judiciário goiano, destacando a missão institucional para o sexênio 2021-2026: “Realizar justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito, a dignidade e a cidadania.”

2

APRESENTAÇÃO



A publicação do Relatório de Gestão Anual do TJGO reforça o compromisso do Tribunal com o público interno e externo, evidenciando realizações e iniciativas que promovem o reconhecimento e a confiança da sociedade na justiça goiana. O relatório atua como um instrumento de transparência, permitindo ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás prestar contas à sociedade, aos órgãos de controle e aos demais poderes do Estado. A sociedade tem o direito de conhecer e avaliar a gestão eficiente do setor público, com acesso ativo e atualizado às informações.

Além disso, o relatório serve como um instrumento de comunicação interna, unindo magistrados, servidores e colaboradores na atuação articulada para o funcionamento do Poder Judiciário goiano, destacando a missão institucional para o sexênio 2021-2026: “Realizar justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito, a dignidade e a cidadania.”

O Relatório de Gestão Anual de 2023 oferece uma visão abrangente das atividades judiciais e administrativas, produtividade, bem como da alocação de recursos humanos e materiais. Sua estrutura foi organizada considerando as seguintes temáticas: prêmios; expansão do quadro de magistradas(os) e servidoras(es); governança; produtividade; dados e tecnologia e aperfeiçoamento da estrutura judiciária.

3 PRÊMIOS

3.1 PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023 DIAMANTE PELA 2ª VEZ

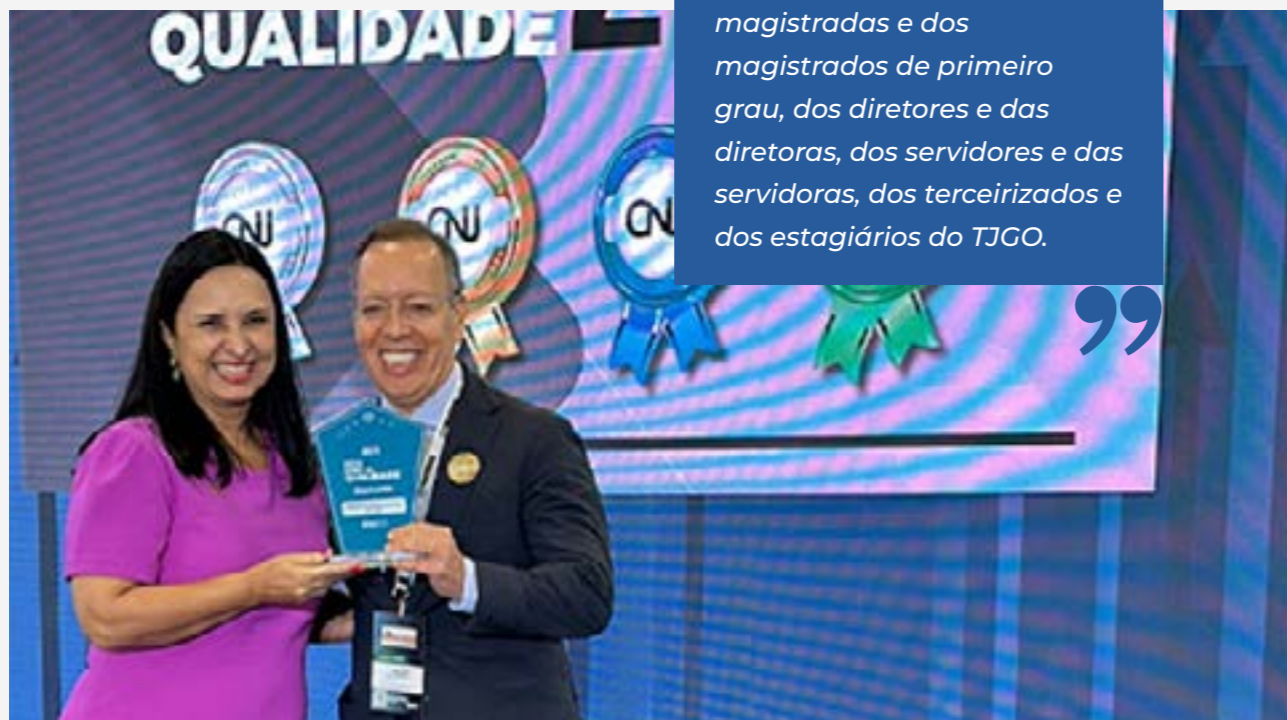
Pela segunda vez consecutiva, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás conquistou o Selo Diamante do Prêmio CNJ de Qualidade (2023) no segmento da Justiça Estadual.

Segundo a Comissão Avaliadora do Prêmio CNJ de Qualidade 2023, a Corte de Justiça goiana atingiu o percentual de 83,37% de cumprimento dos requisitos exigidos na Portaria CNJ nº 82/2023, indicador suficiente para garantir mais uma vez o certificado Diamante na maior premiação do Poder Judiciário brasileiro.

“

É com imenso orgulho que celebramos mais uma conquista expressiva para a Justiça de Goiás. Receber o Selo Diamante do CNJ pela segunda vez consecutiva é a materialização do empenho e comprometimento contínuos da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral da Justiça, da Ouvidoria, das desembargadoras e dos desembargadores, das juízas e dos juízes substitutos em 2º grau, dos juízes e das juízas auxiliares da Presidência e da Corregedoria, das magistradas e dos magistrados de primeiro grau, dos diretores e das diretoras, dos servidores e das servidoras, dos terceirizados e dos estagiários do TJGO.

”



3.2 RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DE 2023

Em 2023, o TJGO também recebeu o certificado Diamante do Radar da Transparência Pública, realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), maior repositório de dados e informações sobre a Administração Pública no Brasil. Com base na avaliação do Radar, o Tribunal atingiu 99,13% de transparência ins-



titucional, mostrando uma gestão administrativa guiada por valores constitucionais e democráticos.



3.3 RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS

Ainda no ano de 2023, o TJGO alcançou 96,10% de cumprimento dos critérios relativos

ao segmento de Justiça no Ranking da Transparência do Poder Judiciário.

3 PRÊMIOS

3.4 21ª EDIÇÃO DO PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA

Pelo segundo ano, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás foi vencedor do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, que reconhece as ações de cidadania e inclusão social desenvolvidas pelos órgãos de assessoria e comunicação do Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil e Tribunais de Contas e instituições afins).

A premiação aconteceu durante a edição do XVII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça, em novembro de 2023, na cidade de Belém (PA). O TJGO ficou com o primeiro lugar na categoria “relacionamento com a mídia”, pelo projeto “Julgamento do assassinato do jornalista Valério Luiz”.



3.5 PRÊMIO JUSTIÇA E SAÚDE

O Projeto Recomeçar, uma iniciativa da Presidência e da Coordenadoria da Mulher do TJGO, foi o grande

vencedor do Prêmio Justiça e Saúde, organizado pelo CNJ. O troféu foi entregue ao presidente do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) e do TJGO, desembargador Carlos França, no dia 24 de novembro de 2023, no encerramento do II Congresso Nacional do Fonajus, em Foz do Iguaçu, Paraná. O projeto venceu a disputa com outros 40 projetos de diversos tribunais do Brasil.



3.6 4ª EDIÇÃO DO PRÊMIO LIDERANÇA EXPONENCIAL

O TJGO participou da 4ª edição do **Prêmio de Inovação: Judiciário Exponencial**, que é dividido em duas categorias: Pessoas e Projetos/Iniciativas. Também conhecido como “J.Ex”, o prêmio reconhece e incentiva as iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias aplicadas ao Ecossistema de Justiça, assim como líderes dessas instituições.

O TJGO foi premiado no segundo lugar na categoria “projetos”, no quesito “inovação social” pelo projeto “Recomeçar”. Recebeu menção honrosa pelo projeto “Minha existência é Resistência”. E foi finalista na área de inovação tecnológica, com “Central de Controle, Automação e Expedição de RPV – CCARPV”.

3 PRÊMIOS

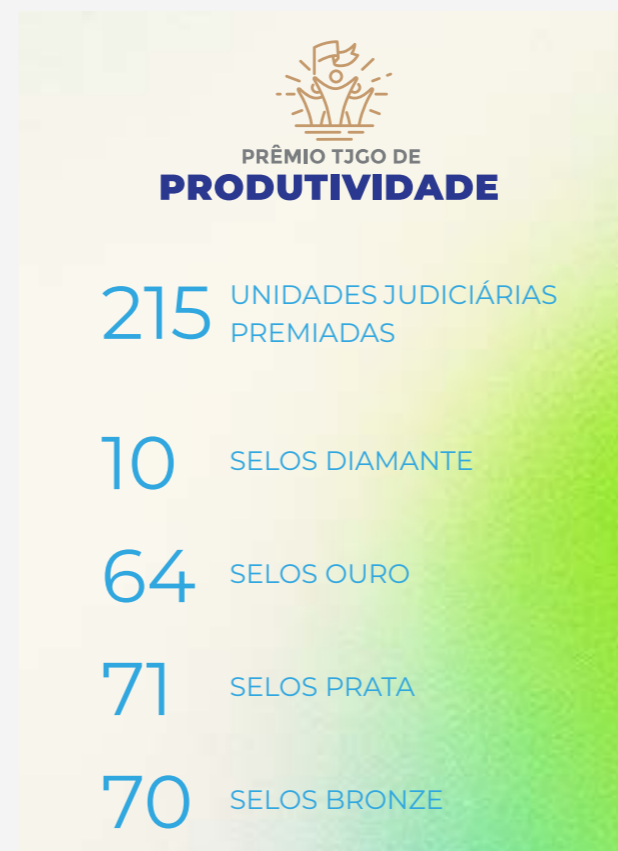


3.7 2ª EDIÇÃO DO PRÊMIO PRODUTIVIDADE DO TJGO

O Prêmio TJGO de Produtividade estimula magistradas e magistrados, servidoras e servidores, funcionárias e funcionários terceirizados, estagiárias e estagiários e todos os colaboradores do Tribunal de Justiça a manterem um constante aprimoramento do atendimento à população com uma prestação juris-

dicional célere, justa e efetiva. Implantada em 2021, a iniciativa reconhece o trabalho da magistratura e do funcionalismo em prol de uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

Em maio de 2023, foi realizada a cerimônia de entrega do Prêmio TJGO de Produtividade 2022.



4 EXPANSÃO DO QUADRO DE MAGISTRADAS(OS) E SERVIDORAS(ES)



4.1 NOVAS DESEMBARGADORAS E NOVOS DESEMBARGADORES

Em solenidade que entrou para a história dos 150 anos da existência do TJGO, o presidente Carlos França empossou 26 novos membros do Tribunal.



Com a posse, a estrutura orgânica do Tribunal de Justiça goiano passou a ser composta de 78 desembargadoras e desembargadores, nova configuração que enseja o incremento na produtividade judicial no âmbito do segundo grau de jurisdição.



4.2 JUÍZES SUBSTITUTOS EM SEGUNDO GRAU

Em sessão do Órgão Especial, realizada no dia 21 de agosto de 2023, foram escolhidos 25 magistrados e magistradas para o cargo de Juiz Substituto em Segundo Grau. Eles foram empossados nos meses de agosto e outubro.



4.3 JUÍZES SUBSTITUTOS

Nos meses de março e abril de 2023, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desembargador Carlos França, empossou 62 magistrados e magistradas que foram aprovados no 57º Concurso Público de Juiz Substituto do Estado de Goiás.



4.4 58º CONCURSO PÚBLICO DE JUIZ SUBSTITUTO DO ESTADO DE GOIÁS

Ainda em 2023, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás divulgou o edital do 58º Concurso Público de Juiz Substituto, destinado ao provimento de 52 vagas e a formação de cadastro de reserva. O concurso foi organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FCV).



4 EXPANSÃO DO QUADRO DE MAGISTRADAS(OS) E SERVIDORAS(ES)



4.5 NOVAS SERVIDORAS E NOVOS SERVIDORES

O presidente Carlos França empossou novas servidoras e novos servidores nos cargos de Analista Judiciário das Áreas Judiciária e de Apoio Judiciário e Administrativo, aprovados no 2º Concurso Público Unificado, realizado em 2021.



140 JANEIRO

200 DEZEMBRO

Dezembro de 2023: antecipação do cronograma, com a criação de 400 cargos efetivos decorrentes da promulgação da Lei Estadual nº 21.924, ocorrida em maio de 2023.



4.6 RESIDENTES JURÍDICOS

Realização de Processo Seletivo para ingresso no Programa de Residência Jurídica no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás, para provimento de 100 vagas e

para compor cadastro de reserva. O referido processo seletivo contou com a inscrição de 4.704 candidatos(as). Foram convocados 381 candidatos(as) aprovados(as).

5 GOVERNANÇA



5.1 GESTÃO PARTICIPATIVA

O processo participativo representa a possibilidade de discussão e reflexão sobre as propostas de Objetivos Estratégicos e Metas Nacionais e Institucionais do Judiciário, oferecendo à sociedade, servidoras(es) e magistradas(os) a oportunidade de sugerir e contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional e administrativa.

A Diretoria de Planejamento e Inovação coordenou o processo de pesquisa para

formulação ou alteração das Metas Nacionais. Os resultados e propostas foram discutidos nos encontros periódicos da Rede Nacional de Governança Colaborativa da Justiça Estadual.

O Inovajus busca garantir a gestão participativa, por meio da troca de conhecimento de magistradas(os), servidoras(as) e demais usuárias(os) do serviço na construção de soluções inovadoras.



5.2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

O TJGO lançou cinco novas funcionalidades no Sistema Processual Eletrônico (PROJUDI). Compõem as novas ferramentas: o controle de contraste, a ampliação de texto, a preparação de ícones e imagens, a audiodescrição (formatos html e pdf) e a apresentação de texto em libras.

TODOS POR TODOS

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJGO realizou o ciclo de palestras da 2ª edição do projeto “Todos por Todos”. O evento foi aberto ao público externo, magistrados e servidores do Poder Judiciário goiano, além de contar com a participação de advogados e da APAE-GO.

Se não fizermos a nossa parte para cumprir a obrigação com a cidadania, facilitando a acessibilidade para os cidadãos que necessitam, estamos falhando. O Judiciário é para todos. Por isso, temos a obrigação de facilitar o acesso àqueles que precisam dos serviços da Justiça. A disponibilidade dessas funcionalidades é fruto do trabalho de uma equipe técnica competente e dedicada, que merece nosso reconhecimento e nossos parabéns. O Poder Judiciário se engrandece com feitos dessa natureza

Presidente Carlos França



5 GOVERNANÇA

5.3 SUSTENTABILIDADE

A Diretoria Administrativa atuou em diversas frentes para garantir melhorias nos espaços físicos e nos equipamentos, bem como na estruturação dos eventos institu-

cionais. Além disso, promove a doação de bens inservíveis para entidades sociais garantindo a otimização dos espaços e recursos. Foram doados 16.952 itens em 2023.



REVITALIZAÇÃO DOS PRÉDIOS

Em 2023, o TJGO encaminhou para publicação a homologação do primeiro lote da concorrência pública destinada a promover a revitalização dos fóruns. A iniciativa é parte do Programa de Revitalização dos Edifícios do Poder Judiciário do Estado de Goiás e tem como objetivo modernizar o conceito arquitetônico e as soluções de engenharia dos edifícios, adequando as áreas externas e renovando as coberturas, a fim de garantir um espaço físico com maior conforto aos usuários, além de elevar os níveis de acessibilidade e sustentabilidade ambiental.

O primeiro edifício do interior do Estado a receber uma reforma com o novo conceito arquitetônico e de engenharia do TJGO foi o Fórum de Catalão.

A modernização dos edifícios administrados pelo Poder Judiciário é fundamental para permitir que tenhamos um ambiente mais acessível e adequado ao atendimento dos profissionais do Direito e dos jurisdicionados, além de mais alinhado à política de responsabilidade ambiental do Poder Judiciário

Presidente Carlos França

Também foram realizados eventos de aprimoramento, como XVII Edição do Seminário Internacional do Grupo de Pesquisa ACI – Diálogo Ambiental Constitucional, cujo tema base abordou a simplificação administrativa da proteção do meio ambiente; ciclos de palestras sobre tecnologias emergente, políticas públicas, impactos do racismo ambiental e proteção ao meio ambiente.

5.4 CAMPANHAS DA COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

DECLARE SUA ESPERANÇA

Uma forma de motivar magistradas(os) e servidoras(es) a realizarem doações para o Fundo da Infância e Adolescência no ato de declaração do imposto de renda, diretamente pelo site da Receita Federal.



DIA NACIONAL DA ADOÇÃO

O Juizado da Infância e Juventude da comarca de Goiânia abriu, no dia 22 de maio de 2023, a Semana da Adoção em Goiânia, com o objetivo de ampliar a conscientização sobre a importância da adoção. Foi divulgado ainda o Programa Entrega Legal, uma iniciativa do TJGO, que busca o atendimento e orientação a quem deseja entregar a(o) filha(o) para adoção, garantindo os direitos legais das mães, famílias e crianças.

A Semana da Adoção contou com uma série de atividades executadas por agentes de proteção e equipe técnica. A programação incluiu distribuição de materiais explicativos e orientações sobre o Entrega Legal em pontos estratégicos e de movimentação, como shoppings, aeroporto, terminais de ônibus coletivos e a Rodoviária de Goiânia. A equipe técnica do Juizado da Infância e Juventude ainda visitou o Hospital das Clínicas de Goiânia para divulgação do Programa Entrega Legal.

COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A campanha foi realizada por meio da publicação de cards informativos nas redes sociais, focados em fornecer dicas para adultos sobre a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no

ambiente virtual. Além disso, foram divulgadas orientações sobre os crimes de produção, armazenamento e divulgação de material pornográfico envolvendo menores de idade.

OUTRAS AÇÕES:

- Webinarário Infracional, com ênfase CNIUPS (13 de abril);
- Webinarário para magistrados e servidores sobre o SNA (29 de maio);
- Aulas ministradas no Curso para Preparação Psicossocial e Jurídica para Adotantes (maio e outubro);
- Aulas ministradas no curso para novos servidores (fevereiro e março);
- Aulas ministradas para novos magistrados e criação de e-book (27 de junho);
- Webinarário Central de Vagas, com ênfase no VSA, para magistrados e servidores que atuam na área infracional (dia 24 de agosto);
- Capacitação sobre Entrega Legal para servidores internos e da rede de proteção em Trindade (19 de junho), Itumbiara (23 de setembro) e Anápolis (14 de dezembro);
- Webinarário sobre Família Acolhedora: A excepcionalidade da Medida Protetiva de Acolhimento e a Preferência do Serviço de Família Acolhedora (02 de outubro)
- Revista em quadrinhos para crianças e adolescentes com o tema Depoimento Especial



5.5 IGUALDADE RACIAL

PROJETO RODA ANTIRRACISTA

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Carlos França, institucionalizou o Projeto Roda Antirracista: Diálogos para uma Democracia Racial, no âmbito do Judiciário goiano.

Idealizado pela juíza Erika Barbosa Gomes Cavalcante, titular da Vara Criminal da comarca de Goiás, o programa venceu o 12º Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, na categoria “Trabalhos dos Magistrados”.

O Projeto Roda Antirracista consiste em um conjunto de ações educativas e culturais que visam discutir e promover a Democracia Racial, por intermédio do diálogo com a sociedade civil e atores do sistema da justiça. O projeto tem como finalidade principal levar o conhecimento e formar a consciência crítica dos cidadãos acerca dos atos e práticas discriminatórias.

Conforme o Decreto Judiciário nº 5.156/2023, para institucionalização do proje-

to também foi observada a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 136/2022, que preconiza aos tribunais que instituem e mantenham projetos permanentes de visitas periódicas de membros do Poder Judiciário a instituições públicas de ensino, com o objetivo de levar aos alunos noções básicas de cidadania, direitos fundamentais e sociais, bem como outros temas pertinentes; e o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, também pelo CNJ.





FÓRUM PERMANENTE DE ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS

O Comitê de Igualdade Racial do TJGO, sob a coordenação da juíza Adriana Maria dos Santos Queiroz de Oliveira, promoveu a segunda edição do Fórum Permanente de Estudos Étnico-Raciais,

entre março e novembro de 2023. O objetivo é construir um espaço colaborativo de estudos e debates, a fim de contribuir para a promoção da igualdade étnico-racial e o combate ao racismo. O Fórum foi aberto ao público interno e externo.



SAWABONA - SEMANA DE ARTE E SABEDORIA JURÍDICA NEGRAS

O Comitê de Igualdade Racial do TJGO, em parceria com a Ejug, realizou em 2023 a primeira edição da SAWABONA - Semana de Arte e Sabedoria Jurídica Negras. A iniciativa visa promover a

conscientização e o diálogo sobre questões raciais, culturais e jurídicas, integrando a arte e a sabedoria jurídica em um espaço de aprendizado e reflexão.

Para celebrar o Dia da Consciência Negra, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e o Comitê de Igualdade Racial produziram a websérie especial Sawabona. O projeto do TJGO coloca em evidência pessoas negras do Poder Judiciário goiano para provocar reflexões sobre visibilidade, representatividade e a importância do combate ao racismo e à discriminação.

A WEBSÉRIE ESTÁ DISPONÍVEL EM:



5 GOVERNANÇA

5.6 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O Comitê de Acesso à Justiça do TJGO realizou audiência pública com o objetivo de ouvir a sociedade sobre as necessidades em relação ao acesso à Justiça.

Entre os assuntos abordados na audiência pública, foram relacionados temas

como a população carcerária, idosos, emissão de documentos pessoais, assistência judiciária, educação inclusiva, desafios e direito de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista e a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência intelectual e física.

5.7 MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

BLOCO NEM VEM

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO realizou, em Goiânia, O Bloco Nem Vem – A Penha Vai Valer no final de semana que antecede o carnaval, para chamar a atenção do público para o enfrentamento da violência doméstica e familiar e prevenir assédios e agressões que as mulheres sofrem durante a folia.



CAMPANHA PROTEGE E JULGA

O TJGO lançou a campanha Protege, para garantir que todas as medidas protetivas de urgência solicitadas pelas vítimas de violência doméstica sejam analisadas pelos juízes no mesmo dia em que são requeridas. Posteriormente a campanha foi ampliada para Protege e Julga para o julgamento de mérito dos processos de violência doméstica e feminicídios em até um ano. A campanha Protege e Julga fomenta a análise das medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) na data do protocolo e o direcionamento de esforços destinados ao julgamento de mérito dos processos de violência doméstica e feminicídios em até um ano.

A campanha foi apresentada a juízas e juízes, servidoras e servidores que atuam em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, em reunião conduzida pela juíza auxiliar da Presidência do TJGO, Lidia de Assis e Souza, e pela coordenadora



da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juíza Marianna de Queiroz Gomes. Foram também realizadas oficinas da campanha Protege e Julga, a fim de propiciar um ambiente de compartilhamento de conhecimentos e boas práticas.

A campanha tem o apoio da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO) e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, além da colaboração dos demais representantes do sistema de justiça, como OAB-GO, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual, além das administrações municipais e estadual, por meio de políticas de proteção, integridade física e psicológica das vítimas.

5 GOVERNANÇA

GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Em fevereiro de 2023, a juíza Sabrina Rampazzo de Oliveira, titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher da comarca de Jataí, assumiu o gerenciamento do projeto. Em março de 2023, em parceria com Ministério Público Estado de Goiás, foi realizado um seminário com o tema: “Grupos reflexivos: avanços e obstáculos”. O público abrangiu integrantes do Poder Ju-



diciário, MPGO e profissionais de toda rede estadual de enfrentamento à violência contra mulheres.

PROJETO JUSTIÇA PELAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES

Por meio do projeto “Justiça pelas mulheres nas universidades”, a Coordenadoria da Mulher realizou palestras, debates e ações em instituições de ensino superior, públicas e privadas, sobre a temática da violência de gênero e Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). O projeto justifica-se

na compreensão de que as universidades são importantes agentes na contribuição para a formação de futuros profissionais com perspectiva de gênero. Tendo em vista a interseccionalidade do tema, houve a contribuição dos acadêmicos de Direito, Psicologia e Serviço Social.

5.7.1 REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO PODER JUDICIÁRIO

Projeto de organização e fluxo para regularizar os Registros de propriedade dos imóveis do Poder Judiciário e que consiste em:

- reversão dos registros de propriedade em nome do Estado de Goiás para o Poder Judiciário;

- averbação das construções nos registros;
- reversão de doação dos imóveis inservíveis ao Poder Judiciário

5.8 JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Em maio de 2023, juiz Eduardo Perez Oliveira, coordenador do NATJUS, ministrou capacitação acerca da Judicialização da Saúde para o grupo de assessores que são vinculados às Varas de Fazenda Pública Municipal e Estadual, Varas Cíveis e Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública. O curso abordou os breves aspectos práticos das demandas que versam sobre a judicialização da saúde.

Em julho de 2023, o presidente Carlos França lançou a 3ª edição da Revista do Comitê Estadual de Saúde de Goiás.



A referida publicação aborda temas da Saúde Pública e Suplementar, especificamente de jurisprudências, informações técnicas (notas, pareceres e a relação dos principais medicamentos mais solicitados nos anos 2019, 2021 e 2022) e Enunciados do Fórum Nacional de Saúde do CNJ que contribuem para aprimorar a prestação jurisdicional nesta área especializada.

5 GOVERNANÇA

5.9 JUSTIÇA ITINERANTE

O Projeto Justiça Itinerante foi idealizado para ampliar o acesso à justiça às populações vulneráveis (povos originários, quilombolas e assentamentos), garantindo a efetivação do Estado de Direito e a promoção da cidadania.



Na fase de planejamento, são realizadas reuniões com representantes das Prefeituras Municipais, líderes da comunidade para levantar as demandas da população; visita in loco por psicólogos e assistentes sociais do Projeto Escuta para preparação do evento; representantes do sistema de justiça e outros órgãos para identificar quais serviços cada unidade pode oferecer com base nas demandas identificadas.



O Projeto Justiça Itinerante foi idealizado para ampliar o acesso à justiça às populações vulneráveis (povos originários, quilombolas e assentamentos), garantindo a efetivação do Estado de Direito e a promoção da cidadania.

Na fase de planejamento, são realizadas reuniões com representantes das Prefeituras

Municipais, líderes da comunidade para levantar as demandas da população; visita in loco por psicólogos e assistentes sociais do Projeto Escuta para preparação do evento; representantes do sistema de justiça e outros órgãos para identificar quais serviços cada unidade pode oferecer com base nas demandas identificadas.



5 GOVERNANÇA



CARTA DE SERVIÇOS

- Audiências e atermção;
- Atendimentos e exames de DNA;
- Expedição de Alvará e RPV;
- Disponibilização de defensor público;
- Regularização de guarda e alimentos (consensuais);
- Divórcio de dissolução de união estável (consensual);
- Reconhecimento de união estável e reconhecimento de paternidade/maternidade;
- Passe livre intermunicipal para pessoas carentes com deficiência, carteira

de identificação das pessoas com transtorno do espectro autista (CIPTÉA), Passaporte do Idoso, Projeto Dignidade Menstrual, Cartões Mães de Goiás, Projeto Goiás sem Racismo (cartilhas e palestras nas escolas), Corte de cabelo solidário, Goiás Social - Programa Dignidade;

- Benefícios: Bolsa Família, FGTS, PIS, Caixa Tem.

- Primeira e segunda via do CPF, serviços do Detran-GO e Recadastramento de aposentados e pensionistas (prova de vida);



**EXPEDIÇÃO
DE ALVARÁ
E RPV**

5 GOVERNANÇA



LOCAIS:

- Comunidade Kalunga (Cavalcante - Goiás)
- Comunidade Quilombola (Teresina de Goiás)
- Comunidade Quilombola (Monte Alegre de Goiás)
- Comunidade Quilombola (Divinópolis de Goiás)
- Assentamento Oziel Alves Pereira (Baliza de Goiás)

PARCEIROS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

- Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás;
- Caixa Econômica Federal;
- Cartório Extrajudicial (Programa Registre-se);
- Defensoria Pública da União;
- Defensoria Pública do Estado;



5 GOVERNANÇA

- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1);
- Tribunal Regional Eleitoral (TER-GO);
- Ministério Público do Trabalho (MPT-GO);
- Tribunal Regional do Trabalho (TRT-GO);



- Governo do Estado de Goiás por meio da Polícia Civil (Superintendência de Identificação), da Secretaria da Administração (Vapt-Vupt), da Secretaria de Saúde (Superintendência de Vigilância de Saúde), da Secretaria de Retomada e EMATER-GO



5.10 POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DO ASSÉDIO SEXUAL, DO ASSÉDIO MORAL E DA DISCRIMINAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO

Por meio do Decreto Judiciário nº 2.585, foram criadas as Comissões de Prevenção e do Enfrentamento do Assédio Sexual, Moral e Discriminação no âmbito dos 1º e 2º graus de jurisdição. A iniciativa visa tutelar, prevenir e combater qualquer forma de assédio sexual, moral e discriminação que possa afetar a integridade psíquica de magistradas(os), servidoras(es), colaboradoras(es), estagiárias(os) e terceirizadas(os).

Em maio de 2023, foi realizada a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação

do TJGO, seguindo calendário do CNJ. A programação contou com divulgação de uma websérie nas redes sociais com vídeos sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e da Discriminação, cartilha de Prevenção e Combate ao Assédio, definições de Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação, além de orientações sobre como fazer uma denúncia. Além disso, o Poder Judiciário goiano apresentou uma campanha sobre o que é e o que não é assédio, para esclarecer sobre o tema.

5 GOVERNANÇA

5.11 POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA

O Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás realizou as seguintes atividades: elaboração do Plano Museológico e do Plano de Conservação do Acervo Documental; visitas mediadas para 4.093 pessoas, atendimento a 204 pesquisadores, digitalização de 16.000 páginas de documentos históricos que foram disponibilizados no repositório digital arquivístico e a realização de 15 atividades culturais e acadêmicas. Além disso, foram lançadas três coleções históricas intituladas: História do Tribunal de Justiça, Escravizados nos Processos Judiciais no século XIX, e Violência contra a Mulher no século XIX.

Em parceria com os Tribunais Regionais Eleitoral e do Trabalho da 18ª Região, foi realizada a II Semana da Memória do Poder Judiciário do Estado de Goiás. Em uma

ação colaborativa com sete Tribunais de Justiça, foi desenvolvido o projeto “150 anos: 7 Relações”, com o objetivo de realizar uma comemoração conjunta do sesquicentenário desses tribunais.

Em valorização da personalidade da cultura regional, no dia 06 de junho, foi inaugurado o “Pergolado Cultural Otavinho Arantes”, espaço de convivência situado na frente da entrada principal do Palácio da Justiça Desembargador Clenon de Barros Loyola, localizado na Avenida Assis Chateaubriand.



5.12 JUSTIÇA RESTAURATIVA

Há em funcionamento dois Centros de Atividades de Justiça Restaurativa (CEJURE), que oferecem programas de Justiça Restaurativa para apoio às varas de competência criminal na capital e na comarca de Goianésia.



São oferecidos os seguintes programas: círculos de construção de paz para Autores de Violência Doméstica; círculos de construção de paz para acusados em proces-

sos criminais gerais; diálogos transformadores; rede de proteção, acolhimento às vítimas e encontros restaurativos e círculos de construção de paz em Unidades Prisionais.



5 GOVERNANÇA



Para construção dos círculos de paz no sistema prisional, foi criado o DGAP. A equipe do Núcleo de Justiça Restaurativa (NUCJUR), sob a coordenação do juiz Decildo Ferreira Lopes, selecionou as comarcas integrantes e promoveu as ações de sensibilização junto aos(as) policiais penais e servidores(as) das unidades prisionais situadas nas comarcas de Barro Alto, Ceres, Corumbá de Goiás, Goianésia, Luziânia, Minaçu, Niquelândia, Padre Bernardo, Porangatu, Rubiataba e Uruaçu.



No Juizado da Infância e Juventude de Goiânia, também existe programa de Justiça Restaurativa em curso sendo aplicado nas causas cíveis, por meio do qual são disponibilizados às partes a participação em círculos res-

taurativos que visam auxiliá-los a alcançar uma melhora nos relacionamentos em relação à sentença aplicada. Foram realizados 14 círculos restaurativos, com participação de 26 participantes. Com servidoras e servidores, foram realizados 7 círculos de paz.

A Escola Superior da Polícia Penal, em parceria com a Ejug, capacitou 14 policiais penais e os colaboradores externos para a construção dos círculos de paz no sistema prisional.



5.13 MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO

A cerimônia ocorrida no dia 2 de junho de 2023, conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desembargador Carlos França, e pela então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Rosa Weber, marcou a adesão da Justiça goiana ao Pacto Nacional pelos Direitos Humanos.

O Decreto Judiciário nº 1.870/2023 instituiu e regulamentou o grupo de trabalho responsável pela atualização da portaria interinstitucional firmada com o Ministério Público Estadual, Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) e Secretaria de Estado da Educação (Seduc), com o objetivo de estabelecer procedimentos para o reconhecimento do direito de remição de pena

por meio de práticas sociais educativas nos estabelecimentos penais do Estado.

No dia 21 de julho de 2023 foi publicada a Portaria Conjunta nº 05, elaborada pelo referido Grupo de Trabalho, e assinada por representantes do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, do Ministério Público do Estado de Goiás, da Defensoria Pública do Estado de Goiás, da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária de Goiás, e da Secretaria de Estado da Educação.

A Portaria Conjunta dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas nos estabelecimentos penais do Estado de Goiás.



A Ejug promoveu, no dia 24 de novembro de 2023, sob a condução do juiz auxiliar da Presidência Reinaldo de Oliveira Dutra, webinar para debater a remição de pena por meio de práticas sociais educativas, com a participação de juízes, representantes do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), do Governo Estadual, do Governo Federal, do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O grupo concluiu o trabalho de elaboração de documento e, no dia 11 de de-

zembro de 2023, foi assinada a Portaria Conjunta nº 12, que estabelece procedimentos administrativos e fluxos para recebimento, processamento, qualificação, encaminhamento e monitoramento de notícias de tortura ou maus-tratos em estabelecimentos de privação de liberdade, e apurados no momento da audiência de custódia. O documento foi redigido e assinado por representantes do TJGO, Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, MPGO, DPE-GO, OAB-GO, Secretaria de Segurança Pública e Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP).

5 GOVERNANÇA

5.14 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

2.508 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NA COMARCA DE GOIÂNIA

12.158 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DE GOIÁS

5.15 PROGRAMA CUSTÓDIA ÁGIL

O Programa Custódia Ágil foi instituído pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por meio do Decreto Judiciário n.º 80/2023 e regulamentado pelo Decreto Judiciário n.º 450/2023.



O programa entrou em operação no dia 06 de março de 2023 e busca garantir a apresentação do custodiado à autoridade judicial competente, no prazo de 24 horas, após o protocolo da comunicação de prisão. O programa Custódia Ágil atende a todas as comarcas do Interior do Estado de Goiás desprovidas de magistrado titular ou sempre que ocorrer feriado municipal, exercício de férias, afastamento regular do magistrado ou outra hipótese justificada em ato do Conselho Nacional de Justiça.

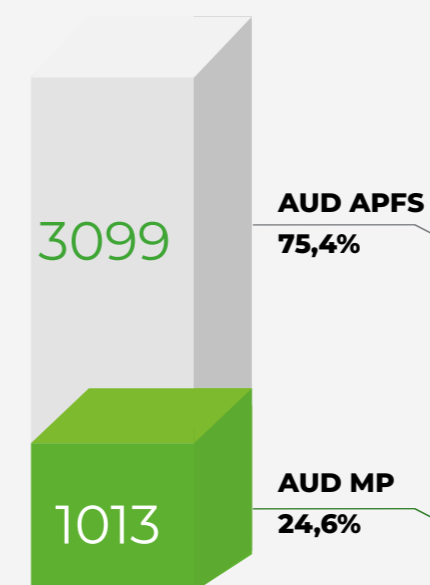
4.112 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA PELOS MAGISTRADOS CONVOCADOS

40MIL ATOS PELOS SERVIDORES QUE COMPÕEM A CENTRAL

3.099 AUDIÊNCIAS TIVERAM COMO ORIGEM AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE

1.013 AUDIÊNCIAS PROVENIENTES DE CUMPRIMENTOS DE MANDADOS DE PRISÃO

AUDIÊNCIAS DE APFS X MANDADOS DE PRISÃO



Dos 3.099 Autos de Prisão em Flagrante, as magistradas e os magistrados concederam imediata liberdade aos autuados em 1.862 casos e determinaram a conversão da prisão em outras 1.237 oportunidades.

5 GOVERNANÇA



5.16 GESTÃO DA INOVAÇÃO

O Laboratório Inovajus promoveu vários eventos para divulgação da cultura de inovação.

Em celebração ao 3º aniversário do Inovajus, foi realizada uma programação especial para destacar as funcionalidades do laboratório de inovações do TJGO, que nasceu para promover um ambiente colaborativo de trabalho, tendo como missão evoluir a gestão do conhecimento para a convergência de soluções que auxiliem o Poder Judiciário goiano a alcançar seu objetivo.

Foram realizadas oficinas para a proposição de soluções para o alcance de metas e problemas enfrentados pelo TJGO por meio da metodologia Design Thinking.



OFICINAS

- Socioambiental
- Plantão Judicial
- Armazém de Dados único e Centralização dos Sistemas de Consulta do Poder Judiciário goiano
- Enfrentamento às Demandas da Saúde e Edital Prêmio TJGO de Produtividade
- Pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs)
- Capacitação Excelência das Unidades

5.17 GESTÃO DE PESSOAS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Em observação ao objetivo estratégico assumido pela gestão no sexênio 2021-2026, de aperfeiçoar a gestão de pessoas por meio de práticas de desenvolvimento profissio-

nal, capacitação, relação interpessoal, saúde e cooperação, são listadas as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Gestão de Pessoas, a Escola Judicial e o Centro de Saúde.

5.17.1 DIRETORIA DE GESTÃO PESSOAS

- Capacitações e workshops sobre Inteligência Emocional e Desenvolvimento Humano;
- Palestra com a apresentadora de TV e influenciadora Gabriela Prioli sobre “Autoconfiança para ser e fazer na vida social e profissional” em comemoração ao Dia Internacional da Mulher;
- Palestra “Os Impactos Psicológicos e Emocionais Gerados pelo Assédio e Discriminação no Trabalho”, com a psiquiatra Ana Beatriz Barbosa;
- Comemorações do Dia do Servidor Público: Feira das Mães Empreendedoras em parceria com a Associação Mães Empreendedoras do Estado de Goiás; palestras da comediantes Concessa (Cida Mendes) e da psicóloga e filósofa Viviane Mosé. Houve também exposição de motos na sede do TJGO;
- Palestra “Seja o amor da sua vida: o poder da gentileza com si mesmo”, com o escritor e palestrante Guilherme Pintto, dentro das ações do Setembro Amarelo;

5 GOVERNANÇA

- Dia D da Ação Setembro Amarelo;
- Parceria com a Associação de Combate ao Câncer de Goiás para impulsionar as vendas de camisetas, apoiando a causa do combate ao câncer;
- Palestra do médico ginecologista e mastologista, Ruffo Freitas Júnior, e a odontóloga, Ana Carolina Godói, na campanha do Outubro Rosa, tratando sobre a prevenção do câncer na mulher;
- E novembro, o médico urologista Raul Moreira Messias falou sobre o tema “Saúde e vitalidade masculina contra o câncer de próstata”, conscientizando o público masculino para a prevenção da doença;
- Campanhas de arrecadação de cestas básicas, agasalhos e brinquedos para doação.
- 128 colaboradores terceirizados contemplados com cestas básicas
- Agasalhos: Associação Conectar e Amigos Viver a Vida (AAVV)
- Brinquedos: Hospital Estadual Governador Otávio Lage Siqueira (HUGOL)
- Coleta de 83 bolsas de sangue, em parceria com o Hemocentro



PESQUISA DE CLIMA

Durante o ano de 2023, foi realizada a pesquisa de clima organizacional, “Como você se sente trabalhando no TJGO?”, que serviu como base à programação das ações institucionais do Poder Judiciário estadual.

A Diretoria também executou o Programa de Escuta Participativa, idealizado com a finalidade de conhecer a realidade das comarcas do interior de Goiás, pretendendo, assim, possibilitar a criação de programas de políticas de gestão de pessoas que possam atender aos servidores e às servidoras, bem como fomentar junto à Administração possíveis melhorias para a qualidade de vida das servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores do PJGO.

O Centro de Educação Infantil Desembargador Mauro Campos realizou a formação continuada dos(as) profissionais com estudos e orientações práticas quanto ao cotidiano da educação

infantil, bem como a abordagem de temas relevantes para educação infantil como Psicologia positiva, metodologias, competências profissionais, projetos pedagógicos, entre outros. Foram realizadas também oficinas temáticas envolvendo familiares e profissionais. Com as crianças, foram realizados projetos temáticos sobre meio ambiente, qualidade de vida, ações de segurança, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e datas comemorativas com integração entre família e escola.



5.17.2 CENTRO DE SAÚDE

O Centro de Saúde realizou atendimentos nas seguintes atividades: consultas presenciais, teleconsultas, atendimentos remotos, renovação de receitas especiais,

serviços de Enfermagem (administração de medicamentos, curativos, verificação de sinais vitais), atendimentos psicológicos, fisioterápicos e odontológicos.

QUANTITATIVO DE ATENDIMENTOS POR ESPECIALIDADES MULTIPROFISSIONAIS NO CENTRO DE SAÚDE TJGO EM 2023

ATENDIMENTOS POR CATEGORIA	QUANTIDADE
Consultas clínicas, Pneumologia; Gastroenterologia e Otorrinolaringologia	1.395
Ginecologia	382
Psiquiatria	872
Pediatria	195
Renovação de Receitas	239
Enfermagem	1.196
Atendimento Emergencial UTI Vida Goiás	72
Fisioterapia	138
Psicologia	2.877
Odontologia	1.962

Fonte: Centro de Saúde - TJGO

A Junta Médica Oficial, no ano de 2023, expediu 2.315 laudos de perícias judiciais e emitiu 1.785 pareceres em processos administrativos. Foram realizados exames admissionais em novas(os) juízas(es) substitutas(os) e servidoras(es) do Tribunal de Justiça. Foram emitidos 1.785 pareceres em processos ad-

ministrativos, bem como atuação junto aos magistrados e às magistradas com a indicação de médicos do banco de peritos da Corregedoria-Geral de Justiça para nomeação como peritos em 1.092 processos judiciais. O Serviço Social da Junta Médica emitiu 171 pareceres nos processos administrativos.

5 GOVERNANÇA

5.17.3 ESCOLA JUDICIAL

A Escola Judicial é o órgão do TJGO responsável pela capacitação de magistradas(os), servidoras(es) e comunidade jurídica em geral.

DADOS DE 2023

95

EVENTOS E CAPACITAÇÃO

Participação de:

1.766

MAGISTRADAS E
MAGISTRADOS

10.246

SERVIDORAS E SERVIDORES



Com incentivo ao intercâmbio de conhecimento, houve a participação de três magistradas(os) e 15 servidoras(es) em cursos e eventos oferecidos por outras instituições de ensino, em que foram abordados temas como direito processual, impacto da tecnologia no sistema judiciário e direito de família.

No ano de 2023, a Ejug ofereceu a primeira turma de pós-graduação *latu sensu* em Direito e Poder Judiciário, contemplando 53 servidoras(es) e um magistrado. Para a formação *scritto sensu*, foram firmados convênios com a Universidade Federal de Goiás, no Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas (15 vagas) e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (15 vagas). O convênio com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) ofertou 49 vagas para magistradas(os) e 100 vagas para servidoras(es).

5.17.4 11º FÓRUM DE TIC

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás sediou a 11ª Edição do Fórum de TIC na Justiça. O juiz auxiliar da Presidência, Aldo Sabino, foi o anfitrião da convenção sobre tecnologia da informação e comunicação. O objetivo foi promover a troca de conhecimentos entre especialis-

tas, ao compartilhar conhecimentos técnicos, cases de sucesso, inovações, soluções tecnológicas, boas práticas e governança de TIC, além de caminhos futuros da evolução tecnológica e a melhoria da experiência dos usuários entre os tribunais de justiça brasileiros.



5.17.5 INSTITUCIONALIZAÇÃO SOBRE IMPLANTAÇÃO OPCIONAL DO GABINETE VIRTUAL (DECRETO 1.591/2023)

O Gabinete Virtual é uma ferramenta instituída pelo TJGO por meio do Decreto Judiciário N° 1.591/2023 e não é uma ferramenta de criação obrigatória pelas magistradas e pelos magistrados. Caso

não haja o Gabinete Virtual na Unidade, o pedido de atendimento deverá ser feito pelos demais meios, como o Balcão Virtual (ferramenta obrigatória), e-mail, telefone ou atendimento presencial.

5 GOVERNANÇA

5.18 IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL ELETRÔNICA DE MANDADOS (CEM)

Iniciado em 2019, e com a implantação de mais de 90% das comarcas em 2023, foi concluída a implantação da Central Eletrônica de Mandados. A ferramenta possibilitou a distribuição automatizada de mandados para os Oficiais de Justiça, utilizando o PROJUDI, além de permitir a inserção direta de certidões e termos nos respectivos autos.

5.18.1 IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DO SEEU

A implantação da Central Estadual de Cumprimento de Atos no SEEU, com vistas a auxiliar as unidades judiciárias no cadastro de Guias de Execução Pena, Unificação, lançamento de eventos e incidentes, além dos cálculos de cumprimento de pena, foi efetivamente consolidada no final do primeiro trimestre de 2023.

5.18.2 PERFIL IBGE

No início de 2023, foi criada uma serventia e um perfil específico para o IBGE no sistema PROJUDI, garantindo-lhes o acesso a processos que tramitam sob sigredo de justiça. Esse acesso permite a extração de dados relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, sem a necessidade de intervenção direta das unidades judiciárias.

5.18.3 PERFIL CIDADÃO - JUS POSTULANDI

Regularização e ajustes do perfil Cidadão permite o ajuizamento de processos sem advogado (conforme previsto na Lei 9.099/2006) e a consulta e acompanhamento do seu processo

5.18.4 MELHORIAS NO PROJUDI

- Certidão de Distribuição Criminal (Integração com o SEEU)
- Certidão de Antecedentes Criminais (Integrado com o SEEU)
- Acesso Peritos do Instituto de Criminalística
- Parcelamento de “Guia Final Zero”
- Melhoria no perfil de Contador (classificadores/pendências)
- Melhoria no módulo “Controle de Prisão”
- Permitir CENOPES - atribuir sigilo a documentos
- Peticionamento para Equipe Interprofissional Forense
- Trava na movimentação - Processo “Sem Data de Prescrição”
- Carta Precatória (Segredo de Justiça)
- Curso de capacitação para SSP

5 GOVERNANÇA

5.18.5 CENTRAL ÚNICA DE CONTADORES

A Central Única de Contadores (CUC) realizou mais de 200 mil cálculos de liquidação e custas processuais no exercício de 2023, o que representa o aumento de aproximadamente 40 mil processos em comparação com o ano anterior.

Com a celebração do Convênio nº 02/2023 firmado entre o Estado de Goiás e o TJGO, referente ao pagamento de requisições de pequeno valor, a CUC realizou mais de 10 mil cálculos de deduções legais dos processos. E, visando a qualificação das equipes, foi realizado o curso de capacitação em parceria com a Ejug.

Como parte do projeto do TJGO para a gestão e controle da arrecadação de receitas oriundas do reconhecimento de custas judiciais, foi criada a Central de Cobranças de Custas Finais (CCF), que ficou responsável pelo controle das intimações para pagamento, acompanhamento dos vencimentos das guias e recebimentos dos respectivos pagamentos. Essa iniciativa evita a evasão de receitas, reduz a carga de trabalho das serventias e secretarias e reduz efetivamente a taxa de congestionamento das varas e juizados.



5.19 PRECATÓRIOS

O Departamento de Precatórios – DEPRE, órgão técnico da Presidência do TJGO, processou, atualizou e pagou 11.871 credores no decorrer do ano de 2023, injetando na economia o montante de R\$ 860 milhões (R\$ 860.662.647,87), valor este oriundo dos aportes financeiros alocados pelos entes do Regime Especial, que por sua vez, englobam o Estado de Goiás e 42 municípios, além dos aportes realizados pelas entidades do Regime Geral (202 municípios), com a destinação destes recursos ao pagamento dos precatórios super preferenciais, bem como das requisições na ordem cronológica e aquelas

habilitadas ao acordo direto com o ente devedor.

O DEPRE processou o pagamento a todos os credores do Estado de Goiás com super preferência até o exercício de 2024.

Em relação aos acordos diretos com o Estado de Goiás, considerando os recursos alocados para tal finalidade, foram publicados dois editais que, por sua vez, beneficiaram cerca de 1.814 credores, com atendimento à totalidade dos pedidos protocolados, com a liberação de montante na ordem de R\$ 314 milhões (R\$ 314.484.466,21).



5.20 COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

O Núcleo de Cooperação Judiciária tem o objetivo de sugerir diretrizes gerais, atender solicitações de cooperação, bem como harmonizar as rotinas e procedimentos aplicados no juízo de cooperação entre os órgãos do Poder Judiciário, outras instituições e entidades. Em 2023, foram firmados dois importantes termos de cooperação:

PAGAMENTO PROGRAMADO DAS REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

No mês de junho de 2023, o Tribunal de Justiça e o Estado de Goiás firmaram o Convênio nº 02/2023, com duração de quatro anos, a fim de propiciar o pagamento programado e a quitação das requisições de pequeno valor (RPV) expedidas em face do Estado de Goiás.

A operacionalização da expedição, processamento e liquidação de requisições de pequeno valor - RPV ficou a cargo da Central de Processamento Eletrônico (CPE), com atuação em todas as comarcas.

ESTATÍSTICAS EM 2023

- Média de 4.000 processos analisados por mês
- Média de 7.500 requisitórios expedidos por mês
- Média de 42 milhões em requisitórios por mês
- Total de 41.086 processos analisados
- Total de 78.173 requisitórios expedidos
- 823 alvarás expedidos
- Mais de R\$ 300 milhões expedidos em 2023

5.21 CONVÊNIO PAGAMENTO PLANEJADO RPVS - ESTADO DE GOIÁS E PODER JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça e o Estado de Goiás também firmaram convênio para o pagamento planejado das Requisições de Pequeno Va-

lor emitidas a partir de 1º de julho de 2023. Envolvendo as centrais da CPE, CCARPV e CEAGO, no ano de 2023, foram pagos R\$ 572.655,97

5.22 OPERAÇÃO RPV LEGADO

Operação derivada do Convênio para Pagamento Planejado de RPVs celebrado com o Estado de Goiás. A operação tratou do legado - RPVS expedidas antes de 1º de julho de 2023 e que deveriam ter seu pagamento processado pelo Estado de Goi-

ás. A Operação RPV Legado, composta por uma força-tarefa de servidores atuando em regime de plantão, finalizou 14.703 processos, com valor total de R\$ 203 milhões (R\$ 203.194.106,68) em alvarás pagos.

5.23 CPE DAY - DEZEMBRO DE 2023

O evento denominado "CPE Day" foi um dia todo dedicado aos servidores e colaboradores das 13 unidades da CPE. Cerca de 160 servidoras, servidores, terceirizadas e terceirizados participaram de painéis.



5 GOVERNANÇA

5.24 SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Por meio do Decreto Judiciário nº 468/2023, o TJGO instituiu o atendimento pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional às magistradas e às servidoras vítimas de violência doméstica.

Já o Decreto Judiciário nº 3.631/2023 regulamenta o acesso de pessoas armadas em salas de atendimento médico no âmbito do Poder Judiciário.

O Gabinete Militar do Poder Judiciário, responsável pela segurança de magistradas(os), servidoras(es) e pessoas que frequentam as unidades judiciárias, promoveu a segurança dos trabalhos por meio de inspeções, escoltas, policiamento e patrulhas. Destacam-se o aporte às operações, desde o planejamento ao término das missões, a operação de escolta durante todas as atividades de inspeções do CNJ à sede do TJGO e aos Presídios de Goiás.

Como responsável pelo controle de armas sob a tutela do Poder Judiciário, realizou o recebimento, catalogação e armazenamento de 7.767 armas de fogo no Depósito de Armas do TJGO. Foram destruídas 2.508 armas e 140 foram restituídas.

A Seção de Videomonitoramento do Gabinete Militar do Poder Judiciário realizou monitoramento em 117 comarcas em tempo real.

Em cumprimento à Resolução nº 206/2022 do TJGO, a Agência Especial de Inteligência do GMPJ elaborou 321 relatórios técnicos, 16 relatórios de inteligência, 1 pedido de busca e 6 visitas técnicas. Foram ainda empenhados esforços para a elaboração de estudos de situação in loco, em unidades da Capital e do Interior, apontando vulnerabilidades e recomendações de segurança.

5.25 COMUNICAÇÃO SOCIAL

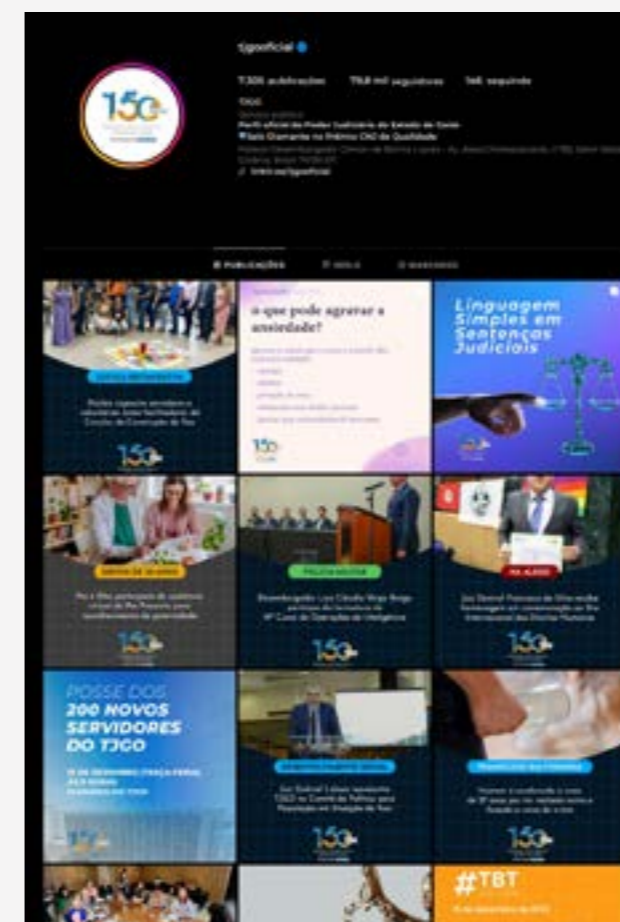
Primeiro lugar no ranking do CNJ como o tribunal que mais divulga notícias com ferramentas de acessibilidade.

3º lugar entre todos os tribunais estaduais do país, com maior número de seguidores.

Durante o ano foram veiculadas 1.688 publicações, incluindo postagens estáticas, vídeos, webséries, publicações em tempo real nos stories, campanhas institucionais e outros.

INSTAGRAM DO TJGO:

Acréscimo de quase 10 mil novos seguidores, totalizando 79.8 mil ao final do ano



■ 342,2 mil visitas ao perfil da conta e um alcance de 509 mil pessoas.

■ No ranking “Top Entidades” ficamos em 9º lugar entre todas as instituições públicas do sistema de justiça em número de visualizações das publicações do Instagram

■ Também em 2023 o Instagram do TJGO ficou em 1º lugar no ranking Social Media Gov como o Tribunal de Justiça Estadual com maior número de envolvimento de público.

6 PRODUTIVIDADE

6.1 ASSUNTOS DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS

A Assessoria para Assuntos de Recursos Constitucionais é o departamento do Tribunal de Justiça responsável pelo trâmite dos processos relativos ao juízo de admissibilidade dos recursos constitucionais destinados ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. O setor é dirigido pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Amaral Wilson de Oliveira.

No ano de 2023 alcançou-se, de acordo com relatório expedido pelo Sistema de Processo Digital, um número de 16.450 recursos autuados na Assessoria para Assuntos de Recursos Constitucionais e este número reflete o quantitativo de recursos constitucionais analisados pelo Vice-Presidente que, no ano de 2023, proferiu 21.924 decisões ou despachos nos processos.

6.2 NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS – NUGEPNAC

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Núcleo de Ações Coletivas (Nugepnac) é a unidade responsável pelo gerenciamento de processos sobrestados em razão da sistemática de precedentes judiciais qualificados e dos Incidentes de Resolução de Demandas

Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência, instaurados no TJGO.

O Nugepnac também realiza a divulgação dos padrões decisórios por meio de boletins informativos, redes sociais e a página do Tribunal de Justiça.

Durante o ano de 2023 foram publicadas 24 edições do Boletim Nugepnac, um informativo quinzenal com as principais informações sobre os Precedentes Judiciais Obrigatórios. Na esfera da Inteligência Artificial, houve o aperfeiçoamento da Ber-

na, em conjunto com a Diretoria de Estatística e Ciência de Dados, com o desenvolvimento de um Painel de Business Intelligence para monitoramento das Ações Coletivas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

6.3 NÚCLEO DE ACELERAÇÃO DE JULGAMENTOS (NAJ)



O Núcleo de Aceleração de Julgamentos e Cumprimento de Metas (NAJ) é um programa criado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desembargador Carlos França, cujo escopo reside na promoção da celeridade da prestação jurisdicional.

Devido aos resultados alcançados pelo programa, o presidente Carlos França ampliou a atuação núcleo, que passou a conter 21 equipes de apoio jurídico, sendo cada uma formada de 3 assessores e um magistrado (a) coordenador (a). No atual organograma são 12 equipes prestando auxílio nas comarcas do interior do Estado, 8 na capital e 1 para os Juízes Leigos.

6 PRODUTIVIDADE

6.4 NAJ AUDIÊNCIAS

Composição de 8 equipes de magistrados para atuação na realização de audiências (prioritariamente criminais), no formato videoconferência, em auxílio nas unidades judiciárias de todo o estado. Os trabalhos tiveram início em julho de 2023.

NÚMEROS DO NAJ AUDIÊNCIAS

57

UNIDADES ATENDIDAS

1.477

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

6.5 NÚCLEOS DA JUSTIÇA 4.0

A Central de Processamento Eletrônico atua em quatro Núcleos de Justiça 4.0, a saber:

1º NÚCLEO DE JUSTIÇA – TEMAS MASSIFICADOS

O 1º Núcleo de Justiça 4.0 – Temas Massificados tem por objetivo processar e julgar ações relativas a temas massificados.

47.306

ATOS PRATICADOS

2º NÚCLEO DE JUSTIÇA – SAÚDE

O 2º Núcleo de Justiça 4.0-Saúde atende todas as demandas envolvendo direito à saúde em que figurem no polo passivo os municípios e os planos de saúde privados.

18.543

ATOS PRATICADOS

3º NÚCLEO DE JUSTIÇA – EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL

O 3º Núcleo de Justiça 4.0 – Execução Fiscal Municipal atende às demandas de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual, dos grandes devedores com atuação na comarca de Goiânia.

79.845

ATOS PRATICADOS

4º NÚCLEO DE JUSTIÇA – TRIBUNAL DO JÚRI DE APARECIDA DE GOIÂNIA

O 4º Núcleo de Justiça 4.0 – Tribunal do Júri – foi implementado na comarca de Aparecida de Goiânia em apoio à 1ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri da comarca de Aparecida de Goiânia e estendido à 2ª Vara Criminal dos Crimes Dolosos contra a Vida e Tribunal do Júri da comarca de Aparecida de Goiânia, com competência exclusiva para a realização do Tribunal do Júri.

60

SESSÕES PLENÁRIAS
DO JÚRI

NÚCLEOS DE
JUSTIÇA 4.0
DO TJGO



6 PRODUTIVIDADE

6.6 ATOS DE CONSTRUÇÃO ELETRÔNICA

A Central de Atos de Construção Eletrônica (CACE) é uma unidade coordenada pela CPE, que visa unificar em todo o território goiano as construções e pesquisas nos sistemas conveniados do CNJ para as comarcas do interior. Abrangendo penhora online de valores em conta, restrição de veículos, indisponibilidade de bens, além de consultar declarações de Imposto de Renda, certidões de óbito, endereços, nomes e CNPJ.

AÇÕES EXECUTADAS:

- PROJUDI passou a fornecer o relatório de pendências e incorporou o orquestrador da central de automação
- Inclusão de uma central de atendimento ao cidadão - CAC – CACE
- Envio de relação de processos atrasados com mais de 60 dias
- Atuação em força-tarefa e projetos especiais da Presidência

ESTATÍSTICA DO ANO DE 2023:

97
COMARCAS ADERIDAS

934
UNIDADES ADERIDAS

1.023.729
ATOS REALIZADOS

17.956
MÉDIA DE PROCESSOS RESOLVIDOS POR MÊS

25.343
MÉDIA DE PENDÊNCIAS GERADAS PELAS UNIDADES POR MÊS

977
MÉDIA DE PENDÊNCIAS GERADAS PELAS UNIDADES POR DIA

215.467
PROCESSOS MOVIMENTADOS DESDE A SUA CRIAÇÃO EM 04/10/2021

6.7 PLANTÃO JUDICIAL

No ano de 2023 foram analisados, em 1º e 2º Graus, 32.280 processos, 16.045 na Central de Custódia e 13.635 nas Macrorregiões.

Um total de 218 servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás se inscreveram no sistema de plantão. Os servidores inscritos foram convocados(os) pela Coordenadoria de Plantão Judicial, conforme escala aprovada pelo presidente do

TJGO, após participação do curso para atuação no plantão, ministrado pela Ejug. O curso de capacitação do Plantão Judicial Estadual foi desenvolvido com o intuito de capacitar e orientar as servidoras e os servidores inscritos, trazendo as peculiaridades procedimentais que envolvem as medidas de urgência que tramitam nas Macrorregiões e Gabinetes de Custódia.

6.8 METAS NACIONAIS

No ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado de Justiça cumpriu XXX Metas das 11 Metas propostas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Para o cumprimento das metas foram implementadas iniciativas como: direcionamento do NAJ, NAC, CPE e o PRO-JÚRI para o atendimento das unidades judiciárias com os piores indicadores processuais.

Foram criados novos marcadores no Sistema PROJUDI, a fim de identificar adequadamente os processos das Metas Nacionais, a correção das TPUs e de cadastramento dos processos.

O acompanhamento das metas pode ser realizado pelo Painel das Metas Nacionais 2023, produzido pela Diretoria de Planejamento e Inovação. O painel é ferramenta importante para auxiliar no gerenciamento do acervo processual pertencente às Metas do Poder Judiciário, pois permite que magistradas(os) e servidoras(es) possam consultar o resultado parcial dos processos integrantes das Metas Nacionais nº 2, 4, 8 e 10 no âmbito do primeiro e segundo grau de jurisdição. O uso da funcionalidade permite à(ao) magistrada(os) gerenciar eficientemente os processos distribuídos em sua unidade judiciária.

6 PRODUTIVIDADE

6.8.1 PRECATÓRIOS

A Central de Precatórias Ativas (CPA), que integra a Central de Processamento Eletrônico (CPE), tem como foco principal a condução eficiente do protocolo das Cartas Precatórias Ativas. Em novembro deu início ao

projeto-piloto na comarca de Formosa e posteriormente ampliada para as comarcas de Santa Helena de Goiás e Serranópolis.

Foram protocoladas 154 Cartas Precatórias.

6.9 JUSTIÇA ATIVA

O Programa Justiça Ativa concentra esforços para oferecer celeridade na prestação jurisdicional, especialmente nas varas criminais. Somente em Goiânia, foram quatro edições com 1.523 audiências realizadas.

6.601
AUDIÊNCIAS

28
COMARCAS

1.808
SENTENÇAS PROFERIDAS



6.10 PRÓ-JURI

O Pró-Júri tem o objetivo de acelerar e organizar julgamentos em processos com decisão de pronúncia já proferida e aguardando a realização da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri.

1.011
JÚRIS NO ESTADO DE GOIÁS

90
COMARCAS BENEFICIADA

114
MAGISTRADAS E
MAGISTRADOS

6.11 ACELERAR PREVIDENCIÁRIO

O programa Acelerar Previdenciário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás visa promover primeiramente a justiça social, bem como otimizar e acelerar o julgamento de demandas repetitivas, por meio de mutirões de audiências previdenciárias.

8.522
AUDIÊNCIAS

R\$ 106,8
MILHÕES

7.1 ÍNDICE DE GOVERNANÇA, INFRAESTRUTURA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O IGOVTIC-JUD é uma ferramenta que avalia a maturidade e a competência em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) dos órgãos do Poder Judiciário. O nível de governança do TJGO tem alcançado expressivos resultados conforme o quadro abaixo:

Ano	Nível de Maturidade	Ranking da Justiça Estadual
2023	Excelência	16º



7.2 BALCÃO VIRTUAL

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 372/2021, o presidente Carlos Alberto França editou o Decreto Judiciário nº 1.174/2021 visando

do regulamentar o canal de atendimento do Balcão Virtual no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

7.3 PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás firmou termo de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal – Seção Judiciária Goiás e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região visando a facilitação de acesso

à justiça por meio da disponibilização das salas passivas, dos Pontos de Inclusão Digital, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça e legislação federal de regência.

7.4 FERRAMENTAS DE AUTOMAÇÃO

No intuito de aprimorar a eficiência e agilidade das atividades desenvolvidas pela Diretoria Judiciária do TJGO, foi criada uma equipe de Tecnologia da Informação (T.I), que desenvolveu recursos tecnológicos para o pleno e célere funcionamento das atividades judiciais. Foram desenvolvidos projetos de automação para gerenciamento de sistemas, com a finalidade de transferir acervo nos gabinetes de desembargadores e desembargadoras; auxiliar no cadastramento de usuários em cargos de serventias e automatizar tarefas de citação e intimação do Projudi. Foi também criado o Robô de Averbação de Custas, que auxiliou em uma demanda de 35.000 processos.

Foram criadas ainda ferramentas para geração de relatórios de produtividade e de distribuição de processos, para remoção de pendências e verificar resultado de votação nas Câmaras Cíveis do 2º grau.

Visando um controle cada vez maior sobre as atividades desenvolvidas, foi criado um sistema de suporte denominado Sistema Celestial, concebido como uma solução central para unificar os projetos das divisões da Diretoria Judiciária. Destaca-se o sistema de pautas de audiência do CEPACE, o sistema para acompanhamento de prazos do Sisbajud e o sistema para a Comissão de Soluções Fundiárias, que tem como finalidade principal o controle de dados e cadastros de visita técnica da comissão.

ACORDO AQUI

Para auxiliar o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), foi criada a plataforma Acordo Aqui, desenvolvida para facilitar a resolução de questões legais através de conciliação, sem a necessidade de abrir um processo judicial formal. Ele atende tanto pessoas que buscam resolver questões sem recorrer ao sistema judicial, quanto aquelas que já possuem um processo em andamento e desejam realizar uma conciliação.

AUTOMAÇÃO

O Núcleo de Automação da Central de Processamento Eletrônico é responsável pela implementação de soluções tecnológicas que buscam a otimização do fluxo de trabalho e gestão de todas as demais centrais da Central de Processamento Eletrônico. A informatização e automação ocorrem por meio do sistema próprio, o Orques-

trador, moldado a partir das necessidades mapeadas e utilizando-se de blocos robotizados para a efetiva construção da inovação.

PROJETO SEEU

Nova ferramenta do sistema SEEU que permite apurar o quantitativo de processos que necessitam da atuação. A Central de Processamento Eletrônico é responsável pela gestão da Central de Cumprimento de Atos no Sistema Eletrônico de Execução Unificada (CESEEU), que tem como objetivo melhorar a gestão do processo criminal, visando a entrega rápida, eficiente e padronizada da prestação jurisdicional nas execuções penais e realizar a manutenção do Sistema SEEU atualizado e expedição de guias no Sistema BNMP.

A ferramenta automatiza a coleta de dados e gera relatórios em formato CSV, facilitando a análise e a conferência dos processos.

- 51 comarcas inseridas, sendo 101 serventias atendidas
- No primeiro semestre, foram contabilizados 34.557 atos praticados considerando o quantitativo de processos (guias ou SEEU) cadastrados
- No segundo semestre, após a mudança de paradigma da produtividade da central, foram 3 814 atos praticados no SEEU e 1.224 atos praticados no BNMP.

**PROJETO CEAJE**

A Central Estadual de Atermação dos Juizados Especiais das Comarcas do Interior (CEAJE), coordenada pela Central de Processamento Eletrônico, atua na forma 100% digital na formalização e cadastramento inicial das demandas.

Em 2023, a implementação de uma agenda no sistema CEAJE para controle e gestão de atendimentos referente às atermações, possibilitou controlar o fluxo de atendimento, minimizando o risco de erros em planilhas.

35
COMARCAS

37
UNIDADES JUDICIÁRIAS

9.058
ATENDIMENTOS

4.133
ATERMAÇÕES CONCLUÍDAS

PROJETO CCL

A Central de Cumprimento de Liminares e Atos Emergências (CCL) - CPE atua para assegurar o cumprimento eficiente das liminares e garantir o cumprimento das decisões judiciais, no prazo máximo de uma hora.

Robô de coleta de processos por dia para pendência "Ofício" em "abertos" e "distribuídos" e envia para o Orquestrador e implementação de um sistema de aviso sonoro no Orquestrador. Implementação de um sistema de aviso sonoro no Orquestrador. Todos os processos encontrados pelo robô são encaminhados para o sistema, que dispara um alarme sonoro e deixa as informações do processo disponíveis para atuação imediata do servidor.

São 32 comarcas aderentes ao Projeto CCL, com a habilitação em 52 Unidades Judiciárias.

PROJETO CESNA

O projeto da Central Estadual do Sistema Nacional de Adoção (CESNA), iniciado em junho de 2023, tem o objetivo de auxiliar os magistrados com atuação na área da infância e juventude quanto ao cadastro de informações no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA do Conselho Nacional de Justiça, excetuadas aquelas que são de atribuição exclusiva da magistrada e do magistrado. Foi desenvolvido nas comarcas de Luziânia, Bela Vista de Goiás, Anápolis, Rio Verde, Formosa e Aparecida de Goiânia.

O robô de triagem coleta os processos de acordo com nove classes preestabelecidas e envia para o Orquestrador. Após o robô coleta os processos na serventia da Central SNA com a pendência "Ofício" e envia para o Orquestrador.



Robô de Cumprimento Genérico que coleta processos de acordo com nove classes preestabelecidas com a data de protocolo referente ao dia de raspagem e atua inserindo uma pendência "Cumprimento Genérico" e

resolve o processo redirecionando para a Central SNA. Foram encaminhados 752 processos judiciais para a extração dos dados e alimentação das informações no sistema SNA-CNJ.

PROJETO RPV LEGADO

Projeto de automação e controle RPV Legado que consiste em vários robôs de automação para: scraping, desarquivamento, distribuição, despacho em lote, pendência RENAJUD, robô SISBAJUD, construção, alvará e verificação após cada etapa dentro do sistema do orquestrador.

A Central de Processamento Eletrônico (CPE) iniciou, em fevereiro de 2023, o projeto-piloto com abrangência em 14 Unidades de

Juizados Especiais Cíveis integradas à Comarca Digital e, logo após, os Juizados Especiais Cíveis da comarca de Anápolis. Diante do bom êxito do projeto-piloto, nos meses de agosto e novembro de 2023, deu início à expedição de alvarás oriundos do Convênio 02/2023 - PGE e ao Projeto RPV Legado.

Foram expedidos 205 alvarás oriundos do RPV Legado, totalizando R\$ 624.024,41 (novembro e dezembro de 2023).

7.5 PAINÉIS DE BI

O serviço de Power Business Intelligence (BI) auxilia na tomada de decisão facilitando o monitoramento e a avaliação dos diversos indicadores de desempenho e dos prêmios definidos pelo CNJ e pelo TJGO, tais como Metas Nacionais, Prêmio CNJ de Qualidade e Prêmio TJGO de Produtividade (Goianão).

Com acesso a informações em tempo real, a Diretoria de Planejamento e Inovação (DPI) pode identificar rapidamente áreas que necessitam de melhorias ou ajustes. Isso contribui para

uma gestão mais eficiente dos recursos e processos, resultando em uma maior agilidade na resolução de casos e no atendimento às cidadãs e aos cidadãos, bem como às exigências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Diretoria de Planejamento e Inovação desenvolveu as plataformas para Metas Nacionais, Prêmio CNJ de Qualidade e Prêmio TJGO de Produtividade (Goianão), contemplando painéis específicos de cada glossário e regulamento. Alguns dos painéis de BI.



- Painel Pautas de Audiências de Mediação e Conciliação
- Painel de Ações Penais de Violência Doméstica e Femicídio - 2023
- Painel de Ações Penais do Júri - 2023
- Painel de Conciliação - 2023
- Painel de Judicialização da Saúde - 2023
- Painel de Medidas Protetivas - 2023
- Painel de Processos Pendentes Antigos - 2023
- Prêmio Produtividade - Índice de Atendimento a Demanda em 2023
- Prêmio Produtividade - Partes do Processo 2023
- Prêmio Produtividade - Tempo Médio de Processos Pendentes - 2023
- Painel da Taxa de Congestionamento - 2023
- Painel de Ações Ambientais - 2023
- Painel de Ações Penais - 2023

Foram criados e evoluídos 14 Painéis BIs pela Diretoria de Estatísticas e Ciência de Dados, relacionados ao acompanhamento do Prêmio CNJ de Qualidade; acompanhamento de áreas judiciais específicas; acompanhamento dos processos judiciais no 2º grau e relatórios relacionados às inspeções do CNJ.

A Diretoria Judiciária elaborou painéis para obtenção de relatórios de produtividade de dados originados do sistema Projudi. O relatório oferece informações sobre atividades realizadas no 1º e 2º graus, além de apresentar relatórios de produtividade diários para todo o NAC e Câmaras.

7.6 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

AMPLIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TJGO:

- 136 unidades judiciárias já contam com a BERNA IA e suas automações funcionando diariamente
- Implantação da Berna no reconhecimento e automação de documentos da Procuradoria-Geral do Município de Goiânia para as Varas de Fazenda Pública Municipais da comarca da capital;
- Aplicação da Berna no arquivamento automatizado de mais de 50 mil processos;
- Desenvolvimento e implantação da ANA, em atendimento ao projeto Simples e Fácil;
- Desenvolvimento e implantação do comunicador automático, via Telegram, (chatbot) com os processos judiciais do TJGO
- Desenvolvimento e implantação de projeto piloto Visual Law, em atendimento ao Simples e Fácil.

A ferramenta Berna foi desenvolvida para identificar e unificar, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais em tramitação que possuam o mesmo fato e tese jurídica na petição inicial. As fases iniciais do processo, entre a chegada da petição inicial e o primeiro despacho e/ou decisão, que em média demorava de quatro a cinco dias, com o uso da Berna passou a ser de apenas um dia. A petição inicial que chega no Projudi/PJD é analisada pela Berna em no máximo quatro horas, mesmo no final de semana ou feriado, e, na maioria das vezes, a petição é analisada em minutos.

Após a análise da Berna, a ferramenta de IA faz a junta de documentos com a relação dos outros processos similares. Em seguida, realiza a movimentação do processo para o magistrado, com a conclusão para despachar ou decidir. O magistrado tem despachado/decidido no mesmo dia. Somente na UPJ dos Juizados de Fa-

zenda Pública da comarca de Goiânia, a Berna já gerou mais de 20 mil automações nos processos, no período de setembro de 2022 a dezembro de 2023.

Em 2023, a Berna foi utilizada para automatizar a fase final de mais de 50 mil processos nas Varas de Fazenda Pública Municipais das comarcas de Aparecida de Goiânia e Anápolis. Esta automação permitiu que as magistradas das duas unidades, juízas Vanessa Estrela e Nina Sá Araújo, com uma única assinatura, arquivassem todos os processos de execuções que poderiam receber sentenças de extinção.

Em novembro de 2023, representantes do Tribunal de Justiça de Goiás e da Prefeitura Municipal de Goiânia discutiram a utilização da solução tecnológica Berna nas Varas com competência para as execuções fiscais do município da capital. O objetivo da parceria visa a assinatura de termo de cooperação entre os poderes e a possibilidade da implementação da

solução tecnológica naquelas unidades judiciárias, buscando fazer deste projeto-piloto um modelo para outras varas judiciais.

A Prefeitura de Goiânia foi escolhida para o teste piloto por conta da padronização utilizada nas petições de extinção das execuções fiscais pelo pagamento, fator fundamental para o bom funcionamento da Berna.

BERNA
BUSCA ELETRÔNICA RECURSIVA USANDO LINGUAGEM NATURAL



8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

Dado o crescimento exponencial do número de casos novos ingressados no Poder Judiciário goiano, o corpo diretivo do Tribunal de Justiça percebeu a necessidade de reestruturar os serviços jurisdicionais e administrativos desta instituição, sem acarretar a geração de despesas para esta institui-

ção. Trata-se de uma política institucional que certamente possibilitará uma gestão mais racional e profissional da prestação jurisdicional, oportunizando ao gestor uma segura diretriz na alocação de recursos humanos e materiais existentes neste Tribunal de Justiça.

8.1 CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE PRIMEIRO GRAU

Com a entrada em vigor da Lei Estadual nº 21.924, de 12 de maio de 2023, as comarcas de Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Catalão, Goiânia, Goianira, Luziânia, Mineiros, Porangatu, Rio Verde, Senador Canedo e Trindade foram contempladas com a criação de mais uma unidade judiciária.

Com a criação de novas unidades judiciárias, a gestão pretende garantir uma distribuição mais racional da jurisdição dentro do território goiano e, assim acelerar a entrega da prestação jurisdicional.

8.2 INSTALAÇÃO DO NÚCLEO VIRTUAL DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO

A gestão buscou conjugar esforços no sentido de consolidar uma política judiciária de tratamento adequado de solução de conflitos.

Por meio do Decreto Judiciário nº 509/2023, o presidente Carlos França instituiu o projeto do Núcleo Virtual de Conciliação e de Mediação, cuja atuação abrangerá a demandas dos CEJUSCs da capital e do interior do Estado.

Na comarca de Goiânia, o núcleo é integrado por 5 Centros Judiciários de Solução de Conflitos Virtuais Temáticos:

- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Virtual Cível;
- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Virtual Criminal;
- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Virtual de Família;
- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Virtual Fiscal;
- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Virtual do 2º Grau.



O Núcleo Virtual de Conciliação e de Mediação do Interior será composto por Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania Virtuais instalados nas comarcas de Aragarças, Campos Belos, Formosa, Padre Bernardo, Planaltina, Posse, Porangatu, São Miguel do Araguaia e Uruaçu. Além disso, o atendimento da referida unidade abrangerá as Comarcas de Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Campinorte, Cocalzinho de Goiás, Estrela do Norte, Flores de Goiás, Formoso, Iaciara, Mara Rosa, Minaçu, Niquelândia e São Domingos.

8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

8.3 DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Conforme dispõe o art. 5º da Lei Estadual nº 21.924/2023, foi estabelecido que pelo menos 20% dos cargos comissionados vinculados à área de apoio direto e 50% da área de apoio indireto serão preenchidos por servidores da carreira judiciária, observando-se os requisitos de escolaridade exigidos. Esta inovação legal tem como finalidade adequar os critérios de preenchimento dos cargos comissionados do Poder Judiciário do Estado de Goiás, segundo as balizas na Resolução CNJ nº 340/2020.



8.4 AÇÕES DE INFRAESTRUTURA

Com objetivo de promover a melhoria nos espaços físicos e nos equipamentos, para promoção de infraestrutura moderna e funcional, a Diretoria Administrativa cuidou de atender a proporcionar um ambiente de trabalho adequado e respeitando a saúde e o bem-estar.

- Entrega das obras de reformas e ampliação dos fóruns da comarca de Mineiros, Bom Jesus de Goiás;
- Assinatura da Ordem de serviço para as instalações do Restaurante Cora, a ser instalado no Palácio da Justiça, por meio da celebração do Termo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

INSTALAÇÕES DE SALAS PASSIVAS

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás firmou termo de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal – Seção Judiciária Goiás e do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região visando a

- Adequações gerais no Complexo do TJGO;
- Estruturação do espaço físico: 21 Novas Varas criadas por meio do Decreto 21.924 de 12 de maio de 2023; das novas Unidades de Processamento Judicial da comarca de Goiânia;
- Entrega de 26 novos gabinetes para desembargadores empossados;
- Instalação de 58 salas de depoimento especial, passando para 113 salas de depoimento em funcionamento.

facilitação de acesso à justiça por meio da disponibilização das salas passivas, dos Pontos de Inclusão Digital e das salas de depoimento especial da Justiça Estadual, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça e legislação federal de regência.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO
BIÊNIO 2023 / 2025



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PODER JUDICIÁRIO



01

MENSAGEM DO PRESIDENTE

4

02

APRESENTAÇÃO

6

03

PRÊMIOS

8

3.1	Prêmio CNJ de Qualidade 2023 - Diamante pela 2ª vez	8
3.2	Radار da Transparência Pública de 2023	9
3.3	Ranking da Transparência do Poder Judiciário do Estado de Goiás	9
3.4	21ª Edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	10
3.5	Prêmio Justiça e Saúde	10
3.6	4ª Edição do Prêmio Liderança Exponencial	11
3.7	2ª Edição do Prêmio Produtividade do TJGO	12

04

EXPANSÃO DO QUADRO DE MAGISTRADAS(OS) E SERVIDORAS(ES)

14

4.1	Novas desembargadoras e novos desembargadores	14
4.2	Juízes Substitutos em Segundo Grau	15
4.3	Juízes Substitutos	15
4.4	58º Concurso Público de Juiz Substituto do Estado de Goiás	15
4.5	Novas servidoras e novos servidores	16
4.6	Residentes jurídicos	17

GOVERNANÇA

18

5.1	Gestão Participativa	18
5.2	Acessibilidade e Inclusão	19
5.3	Sustentabilidade	20
5.4	Campanhas da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude	22
5.5	Igualdade Racial	24
5.6	População em situação de rua	28
5.7	Mulheres em situação de violência doméstica	28
5.7.1	Regularização dos Imóveis de Propriedade do Poder Judiciário	31
5.8	Judicialização da Saúde	31
5.9	Justiça Itinerante	32
5.10	Política de Enfrentamento e Prevenção do Assédio Sexual, do Assédio Moral e da Discriminação no Poder Judiciário	39
5.11	Política de Gestão Documental e Memória	40
5.12	Justiça Restaurativa	41
5.13	Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo	44
5.14	Audiências de Custódia	46
5.15	Programa Custódia Ágil	46
5.16	Gestão da Inovação	48
5.17	Gestão de pessoas e aperfeiçoamento profissional	49
5.17.1	Diretoria de Gestão Pessoas	49
5.17.2	Centro de saúde	52
5.17.3	Escola Judicial	54
5.17.4	11º Fórum de TIC	55

05

5.17.5	Institucionalização sobre implantação opcional do Gabinete Virtual (Decreto 1.591/2023)	55
5.18	Implantação da Central Eletrônica de Mandados (CEM)	56
5.18.1	Implantação da Central do SEEU	56
5.18.2	Perfil IBGE	56
5.18.3	Perfil Cidadão - Jus Postulandi	57
5.18.4	Melhorias no Projudi	57
5.18.5	Central Única de Contadores	58
5.19	Precatórios	59
5.20	Cooperação Judiciária	60
5.21	Convênio Pagamento Planejado RPs - Estado de Goiás e Poder Judiciário	61
5.22	Operação RPV Legado	61
5.23	CPE Day - Dezembro de 2023	61
5.24	Segurança institucional	62
5.25	Comunicação Social	63

06

PRODUTIVIDADE

64

6.1	Assuntos de Recursos Constitucionais	64
6.2	Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPNAC	64
6.3	Núcleo de Aceleração de Julgamentos (NAJ)	65
6.4	NAJ Audiências	66
6.5	Núcleos da Justiça 4.0	66
6.6	Atos de Construção Eletrônica	68
6.7	Plantão judicial	69
6.8	Metas Nacionais	69
6.8.1	Precatórios	70
6.9	Justiça Ativa	70
6.10	Pró-Juri	71
6.11	Acelerar Previdenciário	71

07

DADOS E TECNOLOGIA

72

7.1	Índice de Governança, Infraestrutura em Tecnologia da Informação e Comunicação	72
7.2	Balcão Virtual	72
7.3	Pontos de Inclusão Digital do Poder Judiciário	73
7.4	Ferramentas de automação	73
7.5	Painéis de BI	78
7.6	Inteligência Artificial	80

08

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

82

8.1	Criação de novas unidades judiciárias de primeiro grau	82
8.2	Instalação do Núcleo Virtual de Conciliação e de Mediação	83
8.3	Distribuição de Cargos e Funções Comissionadas	84
8.4	Ações de Infraestrutura	85

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Inspirado no compromisso de buscar a excelência na prestação do serviço público, a atual gestão administrativa do Judiciário estadual goiano apresenta para a sociedade e a comunidade jurídica em geral os resultados das principais iniciativas, ações, programas e projetos executados durante o ano de 2024.

Neste contexto, a publicação do relatório anual de gestão terá como premissa abordar os avanços do Poder Judiciário goiano durante o ano de 2024, sobretudo, destacar a progressão do nível de maturidade da governança judiciária, o crescimento exponencial da produtividade no âmbito dos 1º e 2º graus de jurisdição, o investimento na

capacitação profissional de todos (as) magistrados (as) e de servidores (as), bem como a modernização do parque de tecnologia e de informação desta instituição.

Para o alcance destas metas e objetivos, foi necessário a conjugação de esforços administrativos para implementar a reestruturação de unidades administrativas e judiciárias, a criação de novos fluxos e procedimentos de trabalho e, por fim, institucionalizar políticas, programas e projetos que impulsionem a prestação jurisdicional célere, justa e efetiva, observando-se, sempre, as diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 325/2020).

2

APRESENTAÇÃO



Inspirado no compromisso de buscar a excelência na prestação do serviço público, a atual gestão administrativa do Judiciário estadual goiano apresenta para a sociedade e a comunidade jurídica em geral os resultados das principais iniciativas, ações, programas e projetos executados durante o ano de 2024.

Neste contexto, a publicação do relatório anual de gestão terá como premissa abordar os avanços do Poder Judiciário goiano durante o ano de 2024, sobretudo, destacar a progressão do nível de maturidade da governança judiciária, o crescimento exponencial da produtividade no âmbito dos 1º e 2º graus de jurisdição, o investimento na capacitação profissional de todos (as) magistrados (as) e de servidores (as), bem como a modernização do parque de tecnologia e de informação desta instituição.

Para o alcance destas metas e objetivos, foi necessário a conjugação de esforços administrativos para implementar a reestruturação de unidades administrativas e judiciárias, a criação de novos fluxos e procedimentos de trabalho e, por fim, institucionalizar políticas, programas e projetos que impulsionem a prestação jurisdicional célere, justa e efetiva, observando-se, sempre, as diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 325/2020).

3 PRÊMIOS

3.1 PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2024

Pela terceira vez consecutiva, no segmento da Justiça Estadual, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás conquistou o certificado Diamante do Prêmio CNJ de Qualidade (ano 2024). Segundo o resultado final divulgado, o Poder Judiciário goiano alcançou 1.839 pontos (87,82%) de cumprimento dos critérios exigidos na Portaria nº 353/2023 (regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2024).

A cerimônia de entrega do Selo Diamante ocorreu durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado na cidade de Campo Grande (MS), entre os dias 02 e 03 de dezembro de 2024.



“

Essa conquista reflete o compromisso de todos em proporcionar um Judiciário mais eficiente, transparente e acessível. O Terceiro Selo Diamante consecutivo reafirma nossa dedicação em atender à sociedade com excelência”.

Presidente Carlos França

”

3.2 RADAR NACIONAL DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DE 2024

No ano de 2024, o TJGO também recebeu o certificado Diamante do Radar da Transparência Pública, considerado o maior repositório de dados e informações sobre a Administração Pública do país. Com base na avaliação realizada pela matriz de fiscalização do Radar da Transparência Pública, o



Tribunal de Justiça alcançou o percentual de 100,00% de nível de Transparência.

3.3 SELO LINGUAGEM SIMPLES

Em 2024, o TJGO conquistou o Selo Linguagem Simples, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça que tem a finalidade de reconhecer e estimular, em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, o uso da linguagem direta e compreensível a todos os cidadãos na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade. A certificação do



CNJ valoriza os esforços para tornar decisões e comunicações judiciais mais claras e acessíveis.

3 PRÊMIOS

3.4 4ª EDIÇÃO DO PRÊMIO TJGO DE PRODUTIVIDADE



O Prêmio TJGO de Produtividade é um projeto institucional que visa estimular magistrados (as), servidores (as) e todos os colabora-

dores do Tribunal a buscarem o constante aprimoramento no atendimento à população com uma prestação jurisdicional célere, justa e efetiva.

3.5 PRÊMIO AUDITORIA DE GERAÇÃO DE VALOR

O TJGO conquistou o 2º lugar geral do Prêmio Auditoria de Geração de Valor, realizado pelo CNJ. O Prêmio Auditoria de Geração de Valor é uma iniciativa destinada a promover a apresentação de boas práticas relacionadas às atividades de auditoria e consultoria, bem

como o aperfeiçoamento de processos, gerenciamento de riscos e controles internos. O prêmio conquistado pela Diretoria de Auditoria Interna do TJGO figura entre as três melhores colocações da condecoração, com o projeto “Uso de IA para Seleção de Objetos de Auditoria”.



3.6 TJGO CONQUISTA CERTIFICAÇÃO ISO 9001: MARCO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DA QUALIDADE

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás alcançou um importante marco em sua história ao conquistar a certificação ISO 9001, norma internacional que reconhece a excelência na gestão da qualidade. O processo certificou as rotinas da Coordenação de Logística de Material e Patrimônio, responsável pela aquisição de bens móveis de uso permanente e materiais de consumo, consolidando o compromisso da instituição com a melhoria contínua e

a eficiência na gestão pública. A certificação ISO 9001 é um selo de qualidade amplamente reconhecido, que atesta a capacidade da organização em adotar práticas que promovem transparência, eficácia e atendimento às necessidades de seus usuários. A conquista também destaca a união e a participação de diversas unidades auditadas, cujas contribuições foram essenciais para o sucesso do projeto.

4

EXPANSÃO DO QUADRO DE MAGISTRADAS(OS) E SERVIDORAS(ES)

4.1 NOVAS DESEMBARGADORAS E NOVOS DESEMBARGADORES

O presidente Carlos França empossou as magistradas Rozana Fernandes Camapum e Sirlei Martins da Costa no cargo de desembargadora e os magistrados

Fernando Ribeiro Montefusco, Alexandre Bizzotto e Oscar Sá de Oliveira Neto no cargo de desembargador durante o ano de 2024.



4.2 POSSE E NOMEAÇÃO DE NOVAS SERVIDORAS E NOVOS SERVIDORES

Em janeiro de 2024, o presidente do TJGO, desembargador Carlos França, empossou mais 260 servidores que foram aprovados no 2º Concurso Público Unificado para provimento de cargos do quadro único do Poder Judiciário. Nos meses de junho e de outubro, mais 25 novos servidores foram empossados, totalizando a nomeação de 700 aprovados no certame.

NOVO CONCURSO

No mês de agosto de 2024, o presidente Carlos França assinou o edital do 3º

Concurso Público Unificado, destinado ao provimento de 41 vagas do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado de Goiás: 29 vagas de Analista Judiciário – Oficial de Justiça; 4 vagas de Analista Judiciário – Área Especializada – Analista de Sistemas; 8 vagas de Analista Judiciário – Área Especializada – Contador, e a formação de cadastro de reserva. No dia 19 de dezembro de 2024, o presidente do TJGO nomeou 49 candidatas e candidatos aprovados no 2º e 3º Concurso Público Unificado.

4

EXPANSÃO DO QUADRO DE MAGISTRADAS(OS) E SERVIDORAS(ES)

4.3 JUÍZES SUBSTITUTOS EM SEGUNDO GRAU

As magistradas Liliana Bittencourt e Sandra Regina Teixeira Campos foram empossadas pelo presidente Carlos França no cargo de Juiz Substituto em Segundo Grau.



4.4 58º CONCURSO DE JUIZ SUBSTITUTO DO ESTADO DE GOIÁS

O presidente Carlos França nomeou 44 juízas substitutas e juizes substitutos para integrarem o quadro de membros da magistra-

tura goiana. A solenidade de posse ocorreu no auditório do Plenário Desembargador Homero Sabino de Freitas, no dia 28 de novembro de 2024.



4.5 VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

Em janeiro de 2024, servidoras e servidores do TJGO fizeram uma homenagem ao chefe do Poder Judiciário Estadual, desembargador Carlos França. A homenagem, organizada pelo Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça

de Goiás (Sindjustiça), aconteceu no Plenário do TJGO e foi um agradecimento pela valorização da carreira dos servidores do TJGO, que obtiveram um aumento de 100% da Gratificação da Atividade Judiciária (GAJ).

5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

5.1 SEMANA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Com a presença do vice-presidente, desembargador Amaral Wilson, foi aberta a cerimônia da Semana Nacional do Meio Ambiente 2024, no Pergolado Cultural Otavinho Arantes. A ação promovida pelo Núcleo de Responsabilidade Social Ambiental teve como tema “Vozes da Terra” e contou com campanha nos canais institucionais e ações, entre elas ponto de coleta de materiais recicláveis e palestras.



5.2 REVITALIZAÇÃO DOS PRÉDIOS DO PODER JUDICIÁRIO

Em junho de 2024, o presidente Carlos França assinou ordens de serviço para revitalização e modernização de mais 32 edifícios do Poder Judiciário do Estado de Goiás. As novas obras abrangem os edifícios das comarcas de Cavalcante, Flores de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Araçu, Iaciara, Campos Belos, Posse, São Domingos, Inhumas, Itauçu,

Nazário, Petrolina, Aruanã, Mozarlândia, Nova Crixás, São Miguel do Araguaia, Goiás, Itapirapuã, Jussara, Itaberaí, Abadiânia, Silvânia, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Cristalina, Novo Gama, Valparaíso e Luziânia. Também serão reformados o Centro de Cultura e Memória e o Depósito de Inhumas.

5.3 SUSTENTABILIDADE

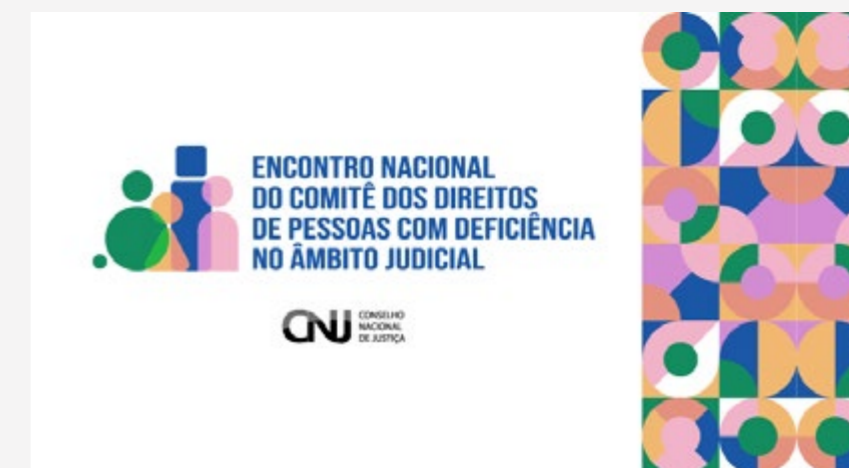
Segundo o resultado publicado no 8º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, o TJGO subiu 8 posições no Ranking Nacional

de Sustentabilidade do CNJ, figurando entre os 10 Tribunais mais sustentáveis do Brasil.

5.4 I ENCONTRO NACIONAL DO COMITÊ DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Entre os dias 18 e 19 de setembro de 2024, a juíza Priscila Lopes da Silveira, presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, e a servidora Raquel Antonini, secretária do Núcleo de Responsabilidade Ambiental, participaram do I Encontro Nacional do Comitê dos Direitos das Pessoas com

Deficiência. O encontro reuniu especialistas, autoridades, profissionais do direito e defensores dos direitos das pessoas com deficiência para debater temas fundamentais, como acessibilidade nos tribunais, adaptações de processos judiciais e políticas públicas inclusivas.



5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE



5.5 III SEMANA DA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO) e o Tribunal do Trabalho da 18ª Região (TRT-18) viabilizaram, entre os dias 15 a 17 de maio de 2024, a realização da III Semana da Memória do Poder Judiciário com o seguinte tema: “Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do Judiciário”.



5.6 JUSTIÇA RESTAURATIVA

O Núcleo de Justiça Restaurativa (NUCJUR) tem a função de gerir a implantação, expansão e difusão das práticas restaurativas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás. Em 2024, a Escola Judicial do Tribunal de Justiça ofertou duas capacitações (teoria e prática) para a formação de facilitadores em práticas da Justiça Restaurativa, de acordo com o

Plano Pedagógico fixado pelo CNJ.

Atualmente, o Poder Judiciário do Estado de Goiás conta com a estrutura de dois Centros de Atividades da Justiça Restaurativa (CEJURE) que prestam apoio às varas criminais da comarca de Goiânia e da comarca de Goianésia.

5.7 CENTRO DE ATIVIDADES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE GOIÂNIA - CEJURE GOIÂNIA

No CEJURE- GYN são oferecidos os seguintes programas:

- Círculos de construção de paz para Autores de Violência Doméstica;
 - Círculos de construção de paz para acusados em processos criminais gerais;
 - Diálogos transformadores: palestras interativas com viés restaurativo;
 - Rede de proteção e acolhimento às vítimas;
 - Encontros Restaurativos.
- Os objetivos de cada um dos programas pode ser acessado por meio do seguinte link para o site do TJGO: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/programas-restaurativos>

5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

5.8 CENTRO DE ATIVIDADES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE GOIANÉSIA – CEJURE GOIANÉSIA

Em Goianésia, são oferecidos os seguintes programas:

- Círculos de construção de paz para Autores de Violência Doméstica
- Círculos de construção de paz para acusados em processos criminais gerais.
- Rede de proteção e acolhimento às vítimas
- Círculos de construção de paz em Unidades Prisionais – Termo de Cooperação 01/2023 – TJGO e DGAP

5.9 JUSTIÇA RESTAURATIVA NO SISTEMA PRISIONAL

O trabalho de realização de círculos de construção de paz foi realizado durante o ano nas unidades prisionais de Barro Alto, Uruaçu, Rubiataba, Niquelândia, Goianésia, Padre Bernardo, Porangatu e Minaçu.

5.10 DA APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O programa da Justiça Restaurativa tem sido aplicado no Juizado da Infância e da Juventude da comarca de Goiânia. As crianças e aos adolescentes podem participar de círculos restaurativos que visam auxiliá-los na reconstrução dos relacionamentos (cível) e na percepção das consequências dos atos (infracionais) praticados. No ano de 2024, foram encaminhados 20 processos para atendimento.

5.11 PROJETO ELOS

Lançado em abril de 2024, em uma parceria entre o Núcleo da Justiça Restaurativa (NUCJUR) e Centro Judiciário de Solução de Conflitos Criminal de Goiânia (CEJUSC Criminal), o projeto ELOS tem como objeto desenvolver Oficina Educativa que estimule a percepção do dano individual, familiar e comunitário pelas lentes da Justiça Restaurativa, bem como, provocar reflexões quanto ao uso de drogas. A execução do projeto dá-se mediante a realização de palestras educativas (diálogos transformadores), em que as pessoas usuárias de substâncias psicoativas debatem sobre os contextos da vida.



5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

5.12 GRUPO DE MONITORAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS PRISIONAIS



INTERCÂMBIO DE BOAS PRÁTICAS COM A EQUIPE DO GMF DO PARANÁ

Em janeiro de 2024, o supervisor do Grupo de Monitoramento de Fiscalização do Sistema Carcerário do TJGO recebeu a visita da equipe do GMF do TJ-PR. A visita foi solicitada pelo GMF-PR para o intercâmbio de boas práticas realizadas pelos grupos,

em especial, para a obtenção de informações sobre o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (Paili), instituído por meio de convênio pactuado entre o TJGO, Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), as secretarias de Estado da Saúde e da Justiça de Goiás, e a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia.



5.13 DIA D DE SAÚDE MENTAL NO PRESÍDIO ESPECIAL DE PLANALTINA DE GOIÁS

Em março de 2024, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF-GO) participou do Dia D de Saúde Mental no Presídio Especial de Planaltina de Goiás. A iniciativa foi realizada em parceria com a Diretoria-Geral da Polícia Penal e a

Prefeitura de Planaltina de Goiás. O objetivo da ação foi identificar possíveis transtornos mentais dos 170 reeducandos da unidade prisional, bem como disponibilizar o atendimento adequado.

5.14 PROFISSIONALIZAÇÃO DOS DETENTOS

Em 2024, TJGO, Ministério Público do Trabalho e PNUD/CNJ trataram sobre a necessidade de ampliar a empregabilidade e geração de renda da população carcerária. Durante o encontro, foram discutidos avanços na implementação da Política Nacional de Trabalho para Pessoas

Presas ou Egressas (PNAT), além de projetos para a profissionalização dos detentos e a busca de parceria com empresas privadas para a criação de vagas de trabalho visando a facilitação do processo de reabilitação e reinserção social dos egressos do sistema prisional.

5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE



5.15 RAÍZES KALUNGAS

O ano de 2024 foi marcado pelo início da atuação do Projeto Raízes Kalungas – Justiça e Cidadania, idealizado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargador Carlos França. O projeto representou um avanço significativo na promoção da justiça, cidadania e inclusão social para a maior comunidade quilombola remanescente do Brasil. [Nesta retrospectiva](#), revisitamos algumas das principais conquistas e iniciativas que têm tornado o projeto um marco de reparação histórica naquela região.



5.16 CAMPANHA “A PENHA VAI VALER”

Como parte da 6ª edição do Programa Justiça Itinerante na cidade de Goiás, o TJGO promoveu, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a campanha “A Penha vai valer” para proprietários e colaboradores de bares e estabelecimentos do gênero da cidade de Goiás. O

programa “A Penha vai valer” busca a prevenção e a interrupção de violência contra as mulheres (clientes e funcionárias), propiciando assim a criação de um ambiente seguro e apoiando-as a romperem com o ciclo de violência e contribuindo para o empoderamento de mulheres em toda a sua diversidade.

5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

5.17 PROJETO TRADUZ

Durante o evento da Justiça Itinerante, realizado na comarca de Goiás, o TJGO lançou o projeto Traduz, uma iniciativa do Comitê de Acesso à Justiça que, oralmente, explica para as partes os resultados da audiência e sentenças. O objetivo é que nenhuma parte saia das audiências com dúvidas a respeito daquilo que foi decidido. A linguagem falada do projeto é justamente para que um número maior de



peças seja alcançado pela ideia, visto que nesses eventos nem todos sabem ler e escrever.

5.18 PROJETO POP RUA REALIZADO NO CEPAL DA VILA ABAJÁ, EM GOIÂNIA

O Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJGO realizou, em julho de 2024, um mutirão de cidadania para as pessoas em situação de rua por meio do projeto “Mais Justiça - Pop Rua Jud”. As atividades foram oferecidas a mais de 180 pessoas e ocorreram no Cepal da Vila Abajá. Foram ofertados mais de 30 serviços, tais como emissão de documentos (CPF, Cartão do

SUS, Certidão de nascimento - CAD único); atendimento jurídico pela Defensoria Pública; Caixa Econômica Federal e Ministério Público; solicitação de benefícios previdenciários (INSS); mediação e conciliação, como reconhecimento e dissolução de união estável/divórcio, pedido de união estável/divórcio, pedido ou revisão de pensão alimentícia e consulta de processos toda a sua diversidade.



5.19 RODA ANTIRRACISTA: DIÁLOGOS PARA A DEMOCRACIA RACIAL

Instituído pelo Decreto Judiciário nº 5.156/2023, o projeto “Roda Antirracista: Diálogos para a Democracia Racial” consiste em um conjunto de ações educativas e culturais que visam discutir e promover a Democracia Racial, por intermédio do di-

álogo com a sociedade civil e atores do sistema da justiça. O projeto, coordenado pela juíza Érika Gomes Barbosa Cavalcante. Em 2024, o projeto foi realizado nas edições do Justiça Itinerante, da Semana Pela Paz em Casa e no Raízes Kalungas.

5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

5.20 ADESÃO AO PACTO NACIONAL PELA LINGUAGEM SIMPLES

Com o intuito de promover a adoção de uma linguagem mais acessível na elaboração dos documentos judiciais e compreensível aos cidadãos, o TJGO formalizou a adesão ao Pacto Nacional pela Linguagem Simples do Conselho Nacional de

Justiça. O documento é uma iniciativa do presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, que facilita a compreensão das decisões e dos documentos do Poder Judiciário para a população em geral.

5.21 CAPACITAÇÕES SOBRE LINGUAGEM SIMPLES

OFICINA

O Laboratório de Inovação (Inovajus) e a Ejug realizaram o curso “Linguagem Simples”, ministrado pela professora universitária Cláudia Capelli. A capacitação, em fevereiro de 2024, buscou estimular magistrados (as) e servidores (as) sobre a relevância em disseminar o uso de uma linguagem direta e simples que possa permitir os cidadãos compreenderem o conteúdo das decisões judiciais e das comunicações em geral.



WEBINÁRIO

O webinar do Programa Simples e Fácil contou com mais de 500 integrantes de equipe de assessoria de segundo grau.



A Linguagem Simples é uma política do Poder Judiciário e nós estamos avançando, porque temos o compromisso com a sociedade. Com a simplificação da linguagem, especialmente nos documentos e decisões que são emitidos pelo Poder Judiciário, facilitamos a compreensão dos processos judiciais e fortalecemos a transparência e a confiança da sociedade na Justiça

Presidente Carlos França

5.22 PROGRAMA SIMPLES E FÁCIL

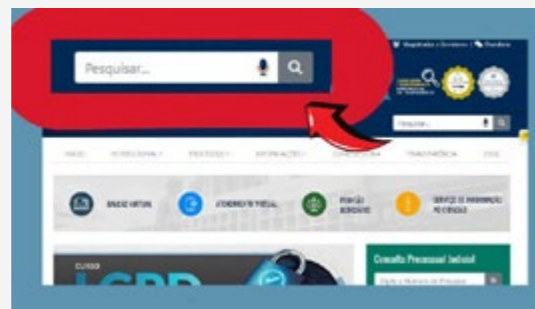
No dia 10 de junho de 2024, o TJGO deu início a uma nova era na comunicação com a sociedade, lançando oficialmente o Programa de Linguagem Simples, intitulado “Simples e Fácil”. A iniciativa segue a orientação do Pacto Nacional pela Linguagem Simples.



5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

5.23 SIMPLES E FÁCIL: PESQUISA DE VOZ NO SITE DO TJGO

Dentro das ações do programa “Simple e Fácil”, o TJGO lançou uma nova funcionalidade em seu portal: a pesquisa por voz. A ideia da ferramenta surgiu durante uma oficina realizada pelo Laboratório de Inovação (Inovajus), que identificou essa funcionalidade como uma oportunidade de melhoria do portal. Agora, os usuários podem realizar con-



sultas no site de forma rápida e prática, apenas utilizando comandos de voz.

5.24 SEMANA DA INOVAÇÃO DO TJGO



Em fevereiro de 2024, aconteceu a “Semana da Inovação do TJGO – Diálogos, Criatividade e Inovação”, que contou com palestras e ofi-

cinas que abordaram temas como Inteligência Artificial, gestão e Linguagem simples, com o foco no aprimoramento das atividades re-

alizadas pelos magistradas e magistrados, servidoras e servidores do TJGO. O evento foi organizado pelo Inovajus.

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERINSTITUCIONAL ENTRE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO DE GOIÁS

Em julho de 2024, o TJGO assinou termo de cooperação técnica entre os laboratórios de inovação de instituições e órgãos públicos de Goiás para criação de uma rede de intercâmbio de experiências, boas práticas, informações e implementa-



ção de programas e ações conjuntas. A assinatura do termo foi um momento histórico vivenciado, pois foi mais um passo em direção à prestação jurisdicional mais moderna e eficiente.

5.25 APROVAÇÃO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

O Comitê Gestor Local da Primeira Infância foi o primeiro do país a garantir o atendimento integrado às crianças de zero a seis anos de idade, conforme o plano de ação elaborado para garantir a implantação, desenvolvimento, difusão, monitoramento e avaliação da Política Judiciária para a Primeira Infância em Goiás.



5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

5.26 PARTICIPAÇÃO FEMININA

No dia 04 de Junho de 2024, o presidente Carlos Alberto França empossou a juíza substituta em segundo grau Sirlei Martins da Costa no cargo de Desembargadora do TJGO. A magistrada foi a primeira em Goiás selecionada pelo critério de merecimento baseado nas Resoluções do CNJ nº 523/2023 e do TJGO nº 247/2024, que instituíram a política afirmativa de participação de gênero nos tribunais.



5.27 POLÍTICA DE PREVENÇÃO DO ASSÉDIO SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO

CAPACITAÇÃO

Para debater as alterações da Resolução CNJ nº 518/2023 (Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação), a Ejug promoveu, em abril de 2024, curso destinado a magistrados, servidores e ao

público externo. Pela resolução, os tribunais devem instituir a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

De acordo com a norma, os órgãos e unidades do Poder Judiciário atuarão no sentido de sensibilizar magistrados, servidores, estagiários e prestadores

de serviços sobre relações saudáveis de trabalho, chamando a atenção para os riscos e potenciais prejuízos das práticas abusivas e discriminatórias.



PROJETO VOZES CONTRA O ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO NO TJGO

A 3ª edição da Semana de Prevenção e Combate ao Assédio no TJGO aconteceu em maio de 2024. A realização da ação busca promover rodas de conversa, lives, palestras, apresentação de pesquisas, cursos, entre outras atividades, para sensibilizar magistradas, magistrados, servidoras, servidores e demais colaboradores do Poder

Judiciário acerca da temática do assédio. Em 2024, além das atividades internas, o TJGO lançou o projeto Vozes contra o Assédio, uma iniciativa para dar voz para todos, oferecendo espaços físicos para desabafos, denúncias e sugestões relacionadas ao combate ao assédio. Na primeira etapa, as urnas foram disponibilizadas em cinco pontos nas seguintes comarcas: Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia.

5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

Em junho de 2024, as juízas Lidia de Assis e Souza e Soraya Fagury Brito, respectivamente juízas auxiliares da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça, abriram as primeiras urnas do projeto. Em dezembro, mais cinco urnas foram abertas. As urnas haviam sido disponibilizadas e coletadas durante encontros regionais da CGJGO em unidades do Poder Judiciário estadual, como São Luís de Montes Belos, Formosa e Porangatu e também durante o II Seminário Saúde do Servidor, parte da Campanha REAJA!, realizada pelo Sindjustiça, em outubro deste ano.

5.28 POLÍTICA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Em março de 2024, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar promoveu o lançamento do programa Flores do Ipê. A iniciativa busca construir uma cultura institucional de prevenção, orientação, apoio e proteção de magistradas, servidoras e colaboradoras do Poder Judiciário goiano em situação de violência doméstica

e familiar. Para a gestão do programa, foi instituído um Comitê Intersectorial formado por vários setores. O pro-

grama recebeu a 11ª colocação nacional do “IV Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral”.

5.29 DOE LEITURA

Campanha realizada nos fóruns de todas as comarcas onde existem unidades de acolhimento e/ou Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), para incentivar o hábito da leitura através da doação de livros

infantojuvenis e gibis para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Foram arrecadados mais de mil livros e gibis nos postos fixados nas comarcas em todo Estado.



5.30 SEMANA DO BRINCAR, CUIDAR E PROTEGER

Como parte das ações da Coordenadoria da Infância e Juventude, a semana contou com palestra online do professor Vital Didonet, com o

tema “Parentalidade Positiva na Primeira Infância”, e campanha de divulgação no Instagram do TJGO.

5 SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE



5.31 TJGO RECEBE O CERTIFICADO ISO 9001

O Decreto Judiciário nº 1.692/2024 instituiu o Programa de Gestão da Qualidade no TJGO. O programa busca aprimorar os mecanismos de gestão administrativa e governança da instituição judiciária, sobretudo, promover a melhoria contínua e a conformidade com normas de qualidade ISO 9001:2015. A respectiva estrutura, que inclui o Comitê de Gestão da Qualidade e auditorias internas e externas, garante um monitoramento eficaz e ações corretivas pontuais.



Em dezembro de 2024, o presidente Carlos França recebeu o Certificado ISO 9001 em reconhecimento à excelência na gestão da qualidade.

“

Essa certificação é inédita para o Tribunal de Justiça. Este momento é, também, de reconhecimento do trabalho das diversas áreas envolvidas. Estamos aqui para prestar sempre um serviço de qualidade à sociedade

Presidente Carlos França

”

6 PRODUTIVIDADE

6.1 PRODUTIVIDADE

Mais uma vez, em 2024, a produtividade no primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado de

Goiás comprovou as razões pelas quais o TJGO recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Selo Diamante do CNJ.

PRODUTIVIDADE 1º GRAU

1.984.680
DECISÕES EM 2024

10,05%
DE AUMENTO NA
PRODUTIVIDADE

886.233
CASOS JULGADOS EM 2024

995.445
PROCESSOS BAIXADOS

PRODUTIVIDADE 2º GRAU

155.161
JULGAMENTOS EM 2024

50,7%
DE AUMENTO NA
PRODUTIVIDADE

153.605
PROCESSOS BAIXADOS

6.2 NÚCLEO DE ACELERAÇÃO DE JULGAMENTOS E CUMPRIMENTO DE METAS - NAJ

Tendo por objetivo primordial promover celeridade na prestação jurisdicional com o fornecimento de auxílio às unidades judiciais de Goiânia e do interior do Estado, o Núcleo de Aceleração de Julgamentos e Cumprimento de Metas (NAJ) demonstrou sua des-

tacada importância desde sua criação, aumentando sobremaneira a produtividade e, conseqüentemente, a prestação da atividade-fim do Poder Judiciário à sociedade.



NAJ 1

49.745
ATOS JUDICIAIS
(SENTENÇAS, DECISÕES E
DESPACHOS)

13,36%
DE AUMENTO NA
PRODUTIVIDADE DE UM
ANO PARA O OUTRO

166
UNIDADES ATENDIDAS EM
2024

NAJ 2

7.681
ATOS JUDICIAIS

3.406
PROCESSOS JULGADOS

11.087
PROCESSOS ANALISADOS

6 PRODUTIVIDADE

CÂMARAS CÍVEIS

15

AUXÍLIOS EM CÂMARAS CÍVEIS

2.974

PROCESSOS RECEBIDOS

2.309

JULGADOS

212

COM ATOS JUDICIAIS DIVERSOS (DESPACHOS E DECISÕES)

SOBRESTADOS

420

FORAM JULGADOS

1.635

ATOS JUDICIAIS DIVERSOS

CÂMARAS CRIMINAIS

5

AUXÍLIOS

499

PROCESSOS RECEBIDOS

458

JULGADOS

9

ATOS JUDICIAIS DIVERSOS (DESPACHOS E DECISÕES)

EXECUÇÃO

219

SENTENÇAS E/OU VOTOS

5.825

ATOS JUDICIAIS DIVERSOS

NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0 DO TJGO



6.3 NÚCLEOS DA JUSTIÇA 4.0

Na atual organização judiciária do Estado de Goiás existem seis unidades judiciárias cadastradas como Núcleo de Justiça 4.0, sendo a competência distribuída nas seguintes matérias:

- 1º Núcleo de Justiça 4.0 Permanente – Juizado Especial das Fazendas Públicas (criado pela Resolução TJGO nº 178/2021);
- 1º Núcleo de Justiça 4.0 – Temas Massificados e Ações Coletivas (criado pela Resolução TJGO nº 181/2022);
- 2º Núcleo de Justiça 4.0 – Ações de Saúde contra o Município e Planos Privados (criado pela Resolução TJGO nº 181/2022);
- Núcleo de Justiça 4.0 – Tribunal de Júri da Comarca de Aparecida de Goiânia (criado pela Resolução nº 197/2022);
- Núcleo de Justiça 4.0 – Execução Fiscal Municipal da Comarca de Goiânia (criada pela Resolução nº 241/2023);
- Núcleo de Justiça 4.0 – Finalizar (criado pela Resolução nº 261/2024).



6 PRODUTIVIDADE

6.4 METAS NACIONAIS

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com

maior eficiência e qualidade. No transcorrer do ano de 2024, o Poder Judiciário goiano engendrou uma série de esforços para cumprir os indicadores exigidos nas Metas Nacionais.

6.5 CENTRAIS JUDICIAIS

A Central de Cobrança de Custas Finais, novo núcleo da Central Única de Contadores (CUC), foi implementada como projeto-piloto nas comarcas de Jandaia,

Goianira, Planaltina, Jaraguá, Anápolis e Aparecida de Goiânia, com início em março de 2024. Principais objetivos do projeto:

- Prevenção na evasão de receitas por meio do olhar especializado do setor, contribuindo para o incremento das custas ao FUNDESP-PJ.
- Redução da carga de trabalho das Escrivanias/Secretarias, excluindo as atribuições relacionadas aos procedimentos da cobrança da guia de custas finais e outros relacionados ao tema, o que liberará a força de trabalho destas para execução de outras atividades.
- Redução da taxa de congestionamento das Varas e Juizados, tendo em vista que o fluxo processual se encerra de forma mais célere.

O projeto busca contribuir diretamente no incremento da arrecadação do Tribunal, em razão da diminuição da evasão de receitas,

bem como maximizar a mão de obra ora existente, o que é possível com a diminuição do congestionamento dos processos nas Varas.

6.6 PRECATÓRIOS

Nos últimos quatro anos, ao longo das duas gestões do desembargador Carlos França na presidência do TJGO, foram promovidos avanços importantes na gestão de precatórios, consolidando o Tribunal como referência nacional na área. De 2021 a 2024, o TJGO liberou cerca de R\$ 3 bilhões em precatórios a quase 40 mil credores de diferentes categorias.

“O pagamento de precatórios reflete o compromisso do TJGO com a eficiência e a transparência na prestação jurisdicional. Esses avanços só foram possíveis devido à dedicação das equipes e à adoção de medidas que modernizaram os processos,

permitindo beneficiar milhares de credores que aguardavam o cumprimento de decisões judiciais”, presidente Carlos França.

2024

R\$ 751
MILHÕES

2,4 MIL
ACORDOS FIRMADOS E VALORES DESTINADOS A CREDITORES SUPERPREFERENCIAIS DOS EXERCÍCIOS DE 2020 A 2025

6 PRODUTIVIDADE

6.6 CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJGO divulgou o balanço das audiências

de conciliação e mediação realizadas na capital e no interior durante o ano de 2024.

212.996

AUDIÊNCIAS NAS VARAS, JUIZADOS E CEJUSCS DE TODO ESTADO

19ª SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

5.137

ACORDOS HOMOLOGADOS

135.764

ACORDOS HOMOLOGADOS

9.343

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

+24 MIL

ACORDOS EM COMPARAÇÃO A 2023

R\$ 108 MILHÕES

EM ACORDOS

30,34%

AUMENTO DO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE

NÚCLEOS VIRTUAIS DE CONCILIAÇÃO DA CAPITAL E DO INTERIOR

79.314

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

NÚCLEO VIRTUAL DE TRÂNSITO - NVT

737

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

28.894

ACORDOS HOMOLOGADOS

334

ACORDOS

MAIS JUSTIÇA

621

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

EU ESCOLHO CONCILIAR

727

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

496

ACORDOS HOMOLOGADOS

148

ACORDOS

CEJUSC CENTRAL

640

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

ACORDO AQUI

564

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

521

ACORDOS HOMOLOGADOS

250

ACORDOS HOMOLOGADOS

6

PRODUTIVIDADE

PARCERIA COM A DEFENSORIA PÚBLICA

847

ACORDOS HOMOLOGADOS

COOPERAÇÃO COM O BANCO ITAÚ NO ÂMBITO PRÉ-PROCESSUAL

38

PROCESSOS ENCAMINHADOS

25

ACORDOS HOMOLOGADOS

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO - MUTIRÃO EM VALPARAÍSO/GO

958

ACORDOS HOMOLOGADOS

CEJUSC DA SAÚDE

49

ACORDOS

PARCERIA COM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

456

ACORDOS HOMOLOGADOS

PROJETO MEDIAÇÃO INTERDISCIPLINAR: FAMÍLIA EM FOCO

155

SESSÕES DE MEDIAÇÃO JUDICIAL

34,83%

ÍNDICE DE ACORDOS

CENTRAL DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA - CAPI

6

ACORDOS HOMOLOGADOS

CENTRAL DE CONCILIADORES DO SEGUNDO GRAU

475

ACORDOS HOMOLOGADOS

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS - CAPITAL E INTERIOR NO ANO DE 2024

TIPO PRÉ-PROCESSUAL

19.285

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

19.266

ACORDOS HOMOLOGADOS

TIPO PROCESSUAL

196.641

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

119.663

ACORDOS HOMOLOGADOS

GERAL

215.926

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

138.929

ACORDOS HOMOLOGADOS

6 PRODUTIVIDADE

6.7 WEBINÁRIO “PRECEDENTES JUDICIAIS NO SISTEMA DO COMMON LAW”

Em março de 2024, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), em parceria com a Ejug, realizou o webinar com o tema “Precedentes Judiciais no Sistema do Common Law”, com a palestra inaugural do professor Brooks Holland (Gonzaga Univertisy), com o intuito de fomentar os debates sobre a raiz histórica dos Precedentes Judiciais, evolução e aplicação no Sistema do Common Law.

6.8 DADOS DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E DE AÇÕES COLETIVAS DO TJGO

No decorrer do ano de 2024, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas do TJGO promoveu as seguintes ações institucionais:

- Publicação das edições nº 66 a 87 do Boletim do NUGEPNAC;
- Publicação de 1.019 postagens no Instagram do NUGEPNAC, rede social que conta com 2.000 seguidores;
- Certificação e Levantamento da Suspensão de mais de 500 processos sobrestados na Vice-Presidência;
- Envio de mais de 280 ofícios contendo informações sobre o sobrestamento e o levantamento da suspensão de processos sob o rito da sistemática da repercussão geral e recursos repetitivos.

6.9 CENTRAL ÚNICA DE CONTADORES

A Central Única de Contadores (CUC) é uma unidade de apoio à atividade jurisdicional subordinada diretamente à Presidência. Durante o ano de 2024, a CUC desempenhou as seguintes atividades:

- Expansão do Projeto da Central de Cobrança de Custas Finais: o projeto piloto da CCF abarcou as comarcas de Jandaia, Goianira, Planaltina, Jaraguá, Anápolis e Aparecida de Goiânia. A partir de janeiro de 2025, o projeto estenderá a todas as unidades judiciárias do Estado de Goiás;
- Criação do módulo criminal no sistema SOS Cálculos: sistema que permite calcular várias penas de multa através de única operação;
- Estrada do conhecimento: curso oferecido em parceria com a Ejug que tem a finalidade de capacitar servidores acerca da correta cobrança das custas judiciais, sobretudo a observância das leis e atos normativos que abrangem a referida temática;
- Criação de template de guia de custas iniciais pela CUC através do módulo do Sistema PROJUDI;
- Plantão Administrativo: no prazo de 45 dias, a Central Única de Contadores realizou mais de 8 mil cálculos de liquidação de sentença e/ou deduções legais;
- Alta Produtividade: no ano de 2024, a Central Única de Contadores realizou 262.121 atos de resolução de pendências (liquidação de sentença, deduções legais para expedição de RPV, custas processuais).

6 PRODUTIVIDADE

6.10 SUBDIRETORIA GERAL

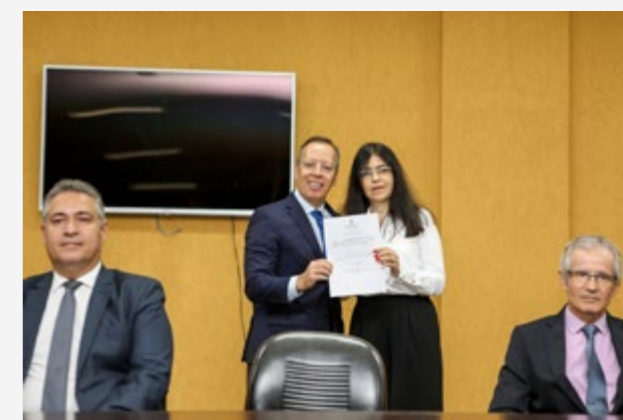
Com a publicação da Lei Estadual nº 22.481/2023, a estrutura permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás foi contemplada com a criação da unidade Subdiretoria Geral, cuja atribuição funcional consiste em prestar assessoramento jurídico e administrativo ao diretor-geral. Principais atividades em 2024:

- Deliberação em 23 processos de restituição de valores ao erário público;
- Formalização de 10 processos de contratação relacionadas às ações de capacitação na área de gestão administrativa;
- Elaboração de 52 termos de Cooperação, Convênios e Termos Aditivos;
- Formalização de 4 Termos de Cessão de Uso de Espaço do Poder Judiciário;
- Análise dos Processos de Doação;
- Coordenação da Elaboração dos Planos Anuais de Contratação e de Capacitação;
- Participação na elaboração dos Manuais dos Termos de Cooperação e de Gestão de Riscos;
- Reuniões de Trabalho e de análise de implementação e execução das políticas institucionais;
- Participação de Grupos de Trabalhos para elaboração de atos normativos;
- 626 processos novos revisados;
- 495 despachos assinados;
- 219 pareceres revisados.

6.11 DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Atividades do ano de 2024:

- Nomeação de 44 magistradas e magistrados;
- Nomeação e posse de 260 servidoras e servidores + nomeação de 89 servidoras e servidores;
- Criação e Reestruturação de Unidades Judiciárias e Administrativas;
- Elevação de comarcas;
- Criação da Subdiretoria da Gestão de Pessoas e das Divisões de Aposentadoria e Pensões e de Atendimento aos Aposentados e Pensionistas;
- Distribuição de cargos comissionados e funções de confiança;
- Realocação de funções no Centro de Saúde;
- Aprimoramento (criação do novo módulo de férias, solicitação de crachás e de ponto eletrônico para estagiários);
- Disponibilização do novo módulo de férias para magistradas e magistrados;



6 PRODUTIVIDADE

- Desenvolvimento de novos módulos para licença saúde, substituição, plantão, indenização de férias e conversão em pecúnia e de relocação;
- Módulo de envio de informações Goiasprev;
- Módulo de Gratificação de Incentivo Funcional;
- DW (Data Warehouse) com dados de Gestão de Pessoas para criação de painéis e relatórios;
- Integração INFOCONV (Receita Federal), para validar os falecimentos de aposentados e pensionistas;
- Edição de 4 atos de designação de Juízes Leigos;
- Contratação de 412 residentes jurídicos, dos 536 aprovados dentro do programa;
- Contratação de 2.016 estagiários;
- 11º Processo Seletivo Simplificado de Relocação;
- Cadastramento de Informações de Magistrados, Servidores, Estagiários no Sistema MPM;
- Campanha do Agasalho (arrecadação de mais 1.500 itens);
- Campanha Adote uma Cartinha (Atendimento de 500 cartinhas);
- 2ª edição da Corrida da Justiça;



- Programa de Treinamento, Desenvolvimento e Educação Corporativa (1000 participantes);
- Clube da Leitura;
- Podcast: Do Bem-Estar ao Desempenho;
- Seminário de Saúde no Trabalho do TJGO - SAÚDE SIM;



- Programa de Desenvolvimento de Líderes e Equipes;
- Diálogos Construtivos de Comunicação Não-Violenta;
- Pesquisa de Clima Organizacional do TJGO;
- DGP Esclarece;
- Atenção Plena no Trabalho;
- Técnicas de Mindfulness;
- Ginástica Laboral;
- Escuta Participativa;
- Programa Gestão das Emoções;
- Cartilha do Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- Cartilha sobre Comunicação Assertiva;
- Campanha Setembro Amarelo;

6 PRODUTIVIDADE

- Publicação do Plano Anual de Capacitação;
- Curso “19º Congresso de Pregoeiros e Agentes Curso “CON BRASIL – Congresso Nacional de Licitações e Contratos”: capacitação de 28 servidores das Diretorias Financeira, Administrativa, Engenharia e Arquitetura, e do Centro de Saúde;
- Curso “Credenciamento na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 13.303/2016 – Cabimento, Procedimento e Polêmicas”: 16 servidores das Diretorias Geral, Administrativa e de Contratações;
- Curso “Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução dos Processos + Sistema de Registro de Preços”: participação de 40 servidores das Diretorias de Contratações, Financeira, Gestão de Pessoas, Engenharia e Arquitetura;
- Centro de Saúde e Diretoria-Geral;
- Curso “6º CONASJUR – Congresso sobre Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos”: 5 assessores jurídicos da Diretoria-Geral;
- Oferta de cursos gratuitos da Escola Nacional da Administração Pública.

6.12 DIRETORIA FINANCEIRA

6 PRODUTIVIDADE

6.13 DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

No decorrer do ano de 2024, a Diretoria de Contratações alcançou o seguinte resultado operacional:

- 33 pregões;
- 28 compras diretas;
- 46 dispensas eletrônicas;
- 4 concorrências

6.14 DIRETORIA ADMINISTRATIVA

No decorrer do ano de 2024, foram desempenhadas as seguintes atividades funcionais:

- Reestruturação da Diretoria Administração (Criação da Subdiretoria e de unidades de Coordenação de Controle Interno de Riscos);
- Disponibilização de 5 veículos, contratação de 10 motoristas e 2 empresas especializadas para dar suporte logístico ao Projeto Raízes Kalungas;
- Doação de 19 veículos a 6 entidades sociais beneficiadas;
- Destinação de Bens Sustentáveis (reciclagem de 85,00 kg de plásticos, 2.240,00 kg de arquivos, 13.973,14 kg de eletroeletrônicos e 2.526,00 kg de papelão);
- 51 ações institucionais dos Serviços de Postagem;
- Doação de 19.896 bens permanentes;
- Programa Começar de Novo;

- Certificação ISO 9001;
- Aumento da Frota Operacional (Aquisição de seis caminhões truck 6x2);
- Estudos para locação de vans e furgões para transporte de passageiros, cargas e suporte logístico às unidades do TJGO na capital e no interior;
- Aquisição de móveis corporativos e ergonômicos para as unidades da capital e interior.

6.15 DIRETORIA CERIMONIAL

Organização e execução de 110 eventos e solenidades.

6.16 COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Em 2024, a Coordenadoria da Infância e da Juventude realizou campanhas, webinários, workshops, atividades educativas, projetos e capacitação de magistrados (as) e servidores (as) sobre temas de interesse da área:

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

- Criação de uma Comissão de Direitos da População LGBTQIA+ no Sistema Socioeducativo;
- Grupo de Trabalho para discutir sobre saúde Mental no Sistema Socioeducativo;
- Grupo de Trabalho Intersetorial da Família Acolhedora;
- Campanhas
- Declare sua Esperança;
- Combate ao abuso e à Exploração Sexual contra crianças e adolescentes;

6

PRODUTIVIDADE

- Bloquinho Infantil do TJGO;
- Dia Nacional da Adoção;
- Arrecadação de 1.000 livros e gibis nas comarcas em todo Estado;
- Semana do Brincar, Cuidar e Proteger;
- Campanha de Divulgação nas Mídias Sociais.

PALESTRAS

- Palestra sobre “Parentalidade Positiva na Primeira Infância”;
- Palestra aos atores da rede de proteção infantojuvenil;
- Palestra na comunidade Vão do Moleque e Vão de Almas;
- Palestra nas escolas das comunidades Ema e Vão de Almas;
- Palestra no Colégio estadual Joaquim de Sousa Fagunde - Teresina de Goiás;
- Palestra no Fórum de Cavalcante;
- Palestra na Escola Municipal Morro Encantado;
- Palestra na Escola Municipal Tia Cici;
- Palestra na Escola Joselina Francisco Maia, localizada na comunidade quilombola Engenho II.

CAPACITAÇÕES

- Curso para Preparação Psicossocial e Jurídica para Adotantes;
- Curso para os novos (as) servidores (a) do Judiciário (fevereiro/março);
- Curso de Formação dos novos (as) magistrados (as) e criação de e-book;
- Capacitações da Central do Sistema Nacional de Adoção (CESNA);
- Capacitação em Direito da Criança e do Adolescente para assessoras e assessores de desembargadores do TJGO;
- Capacitação de Magistrados e Magistradas sobre o Depoimento Especial;

- Capacitação de Oficiais de Justiça para entregas dos gibis “A Liga dos Heróis Comuns”;
- Capacitação de Conselheiros Tutelares.

EVENTOS, PROGRAMAS E PROJETOS

- Programa Entrega Legal para servidores internos e da rede de proteção infantojuvenil;
- Bloco “Nem Vem”: distribuição de cerca de 150 marcadores de livros com orientações sobre os cuidados com as crianças;
- Webinário sobre o Ranking de Transparência do CNJ;
- Participação em evento “Exposição Dialogada sobre o Transtorno do Espectro Autista”;
- Seminário do Comitê Orfandade e Direitos;
- Treinamento - Novo módulo para pretendentes do SNA;
- Webinário sobre Pesquisa Empírica aplicada a Políticas Judiciárias – Histórico das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;
- Inauguração da Sede do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, em Aparecida de Goiânia;
- Lançamento do Curso de Enfrentamento das Violências Contra Crianças e Adolescentes;
- Participação na 25ª Reunião Plenária do Conselho de Autoridades Centrais Brasileiras (CACB) - Adoção Internacional;
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), com palestras do Dr. Carlos Sterse e Dr. Lucas Siqueira;



6 PRODUTIVIDADE

- Apresentação do Plano de Ação do Comitê Gestor Local pela Primeira Infância, no Seminário Internacional dos 05 Anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância, do CNJ;
- Participação no Seminário da Primeira Infância da Faculdade de Medicina -UFG;
- Seminário sobre Aspectos Teóricos e Práticos do Acolhimento em Família Acolhedora;
- Participação da juíza Célia Lara no “Programa Caminhos Literários”, no CNJ, em Brasília;
- Assinatura da Carta Eu Me Comprometo com a Primeira Infância com os candidatos a Prefeitura de Goiânia;
- Workshop “Rede de Proteção Goiana no Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”;
- Webinar - Prêmio CNJ de Qualidade;
- Participação no “1º Seminário sobre o Marco Legal da Primeira Infância: O Futuro se Faz Agora”;
- Lançamento da Ouvidoria Especial de Combate a Crimes Raciais e de Intolerância;
- Encontro do Colégio de Coordenadores e Fóruns da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, em Belém do Pará, em novembro de 2024, com participação dos magistrados Carlos Limongi e Lucas Siqueira;
- Projeto “Raízes Kalunga: Justiça e Cidadania”, nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás;
- Realização de rodas antirracistas em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Coordenadoria da Igualdade Racial do TJGO, nas comunidades Vão de Almas, Vão do Moleque, Tinguizal e Riachão;

- Justiça Itinerante na Comarca de Rubiataba;
- Lançamento do CESNA (abertura da adesão para todas as Comarcas de Goiás).



REUNIÕES E INSPEÇÕES

124 reuniões para debater assuntos como: alinhamento de protocolos e fluxos de atendimento, organização de eventos e ações relacionados à infância e juventude, bem como de capacitações e itens contemplados em premiações, inclusive, para o Prêmio CNJ de Qualidade. Também foram realizadas inspeções nos CASES de Porangatu, de Luziânia, de Formosa, e Itaberaí e de Goiânia, bem como na Casa de Semiliberdade de Goiânia.

MATERIAIS DISTRIBUÍDOS

- 500 marcadores de página da Campanha da CIJ sobre o “18 de maio”;
- 120 marcadores de página “Você é Insubstituível”;
- 120 laços da campanha “Setembro Amarelo”;
- 330 gibis “Chega pra Lá”;
- 250 marcadores de página da Campanha da CIJ sobre o “18 de maio”;
- 300 folders do Programa Entrega Legal;
- 300 cartilhas do Programa Entrega Legal;
- 60 cartazes do Programa Entrega Legal;
- Distribuição de Estatutos da Criança e do Adolescente em Braille

6 PRODUTIVIDADE

6.17 COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

No decorrer do ano de 2024, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas do TJGO promoveu as seguintes ações institucionais:



- Lançamento do Programa Flores do Ipê (programa destinado a ofertar o apoio e proteção contra a Violência Doméstica e Familiar para Magistradas e Servidoras);
- Criação de um Comitê Intersetorial formado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, Centro de Saúde e Comissão Permanente de Segurança para articularem a gestão do Programa Flores do Ipê;
- O Programa Flores recebeu a 11ª colocação nacional do “IV Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral”.

6.18 TRIBUNAL DE MÉDIO PORTE MAIS TRANSPARENTE

Na 7ª edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário (ano 2024), o TJGO alcançou o percentual de 102,00% do nível de transparência, pontuação que lhe outorga, pela terceira vez consecutiva, a primeira posição entre os tribunais de médio porte do País.

7.1 ÍNDICE DE GOVERNANÇA, INFRAESTRUTURA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O IGOVTIC-JUD é uma ferramenta que avalia a maturidade e a competência em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) dos órgãos do Poder Judiciário.

Ano	Nível de Maturidade	Ranking da Justiça Estadual
2024	Excelência	16°

7.2 BALCÃO VIRTUAL

XXXXX

DEMANDAS REGISTRADAS
PELA PLATAFORMA EM 2024



7.3 PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO

Somente neste ano de 2024, o presidente Carlos França instalou sete Pontos de Inclusão Digital (PIDs) nas comunidades quilombolas do território Kalunga. Os PIDs, uma das ações do Projeto Raízes Kalungas – Justiça e Cidadania, levam atendimento à população quilombola kalunga de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de



Goiás. No território kalunga, os PIDs podem atender cerca de 12 mil famílias.

7.4 AGENDA ELETRÔNICA E SALAS PASSIVAS

O TJGO firmou termo de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal – Seção Judiciária Goiás e do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região para a facilitação de acesso à jus-

tiça por meio da disponibilização das salas passivas, dos Pontos de Inclusão Digital e das salas de depoimento especial da Justiça Estadual, conforme orientação do CNJ e legislação federal.

7.5 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O TJGO adotou várias soluções e inovações para o uso da inteligência artificial para facilitar a prestação jurisdicional, tanto no âmbito interno, para as magistradas, magistrados, servidoras e servidores, quanto para a população e integrantes do sistema de Justiça.

AGAIA (ASSISTENTE PARA GERAÇÃO AUTOMÁTICA DE DOCUMENTOS USANDO IA)

Assistente virtual desenvolvido para auxiliar magistrados e servidores na elaboração de relatórios, despachos, sentenças, votos e outros, com utilização de Inteligência Artificial, tanto na área judicial, quanto na área administrativa.



A AGAIA tem integração direta com o Projudi e com o Proad, possibilitando a leitura dos movimentos e eventos dentro da solução, facilitando a busca de documentos nos processos e seu encaminhamento para o modelo de linguagem da IA.

A AGAIA permite a troca de experiências por meio do compartilhamento dos prompts construídos, possibilitando a integração entre os usuários e a soluções. O usuário pode criar, compartilhar e obter prompts na biblioteca institucional da AGAIA.

O seu acesso pode ser feito pelo endereço <https://simplesefacil.tjgo.jus.br/agaia/login>. A AGAIA conta ainda com uma área de webinários, chat interno para troca de experiências entre os usuários e a possibilidade de consulta e busca pela jurisprudência.

BOT DO TELEGRAM BERNA FALA COM VOCÊ



Assistente virtual criado para auxiliar a população na consulta dos processos jurídicos, por meio de resumos simples dos acontecimentos, como petições, decisões e sentenças, bem como fazer a narrativa do processo. A “Berna-FCV” permite que os usuários interajam com o TJGO para realizar consultas automáticas sobre processos judiciais. Com um simples comando no Telegram, os cidadãos podem obter informações detalhadas sobre o andamento de seus processos, seja em texto ou áudio,

garantindo que todos tenham acesso às informações independentemente de suas limitações tecnológicas ou físicas.

ANA FALA COM VOCÊ – CHAT BOT FAQ

Assistente virtual com utilização de Inteligência Artificial, destinada a auxiliar a população e os advogados por meio de perguntas e respostas. É uma ferramenta voltada para esclarecer as dúvidas mais frequentes, orientando os usuários da justiça. https://simplesefacil.tjgo.jus.br/ana_fala_com_voce/chat_bot_perguntas/

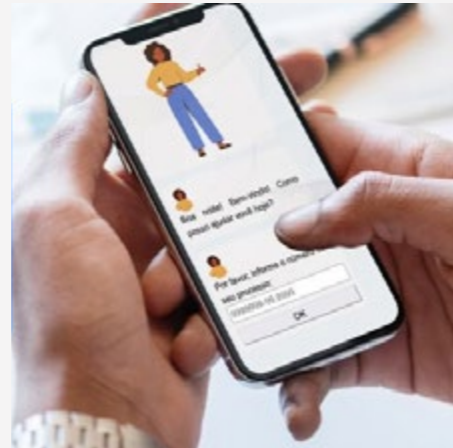
ANA – SIMPLES E FÁCIL

É uma ferramenta desenvolvida com o objetivo de facilitar o entendimento do universo jurídico, sendo responsável por traduzir termos e textos jurídicos em expressões de mais fácil compreensão. A ferramenta oferece um glossário e também a possibilidade da instalação de uma extensão da Ana, permitindo que o usuário tenha o acesso direto à ferramenta, mesmo fora do site do Tribunal. (https://simplesefacil.tjgo.jus.br/ana_llm).

BERNA (BUSCA ELETRÔNICA RECURSIVA USANDO LINGUAGEM NATURAL)

Solução de Inteligência Artificial, desenvolvida em 2018 e que continua em constante evolução com o objetivo de contribuir cada vez mais com a celeridade e eficiência da atividade jurisdicional. Aperfeiçoamento de soluções disponibilizadas pela Berna em 2024:

- Modelo de Entidade Nomeadas: aperfeiçoamento referente à identificação do pedido nas petições iniciais;
- Automação de requisitos da petição inicial;
- Automação da verificação de litispendência;
- Projeto de biblioteca Berna Engine;
- Automação de inserção do Visual Law no sistema Projudi;
- Automação de informações para a PGE.



ANA FALA COM VOCÊ – CHAT BOT WEB

Uma assistente virtual WEB, desenvolvida com Inteligência Artificial em forma de chat, disponibilizado no site do TJGO por meio de ícone, permitindo que os usuários tenham acesso às informações referentes aos processos jurídicos de forma mais simples e fácil. Basta acessar pelo navegador, no link disponibilizado no site do TJGO.

7.6 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

Durante o ano de 2024, o TJGO deu passos significativos na expansão e melhoria de suas estruturas judiciárias e administrativas, atendendo às demandas crescentes e aprimorando a prestação jurisdicional.

8.1 ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

■ **Reorganização das atribuições administrativas e competências jurisdicionais do TJGO**

■ **Nova Estrutura Administrativa:** a Vice-Presidência do TJGO foi dividida em Primeira e Segunda Vice-Presidência.

■ **Criação da Corregedoria do Foro Extrajudicial:** a nova Corregedoria fica responsável pela fiscalização dos serviços extrajudiciais (Cartórios e Tabelionatos).



■ **Desmembramento da Seção Criminal:** a atual Seção Criminal foi dividida em 1ª e 2ª Seções Criminais.

■ **Pontos de Inclusão Digital (PIDs):** espaços equipados com computadores e internet, facilitando o acesso à justiça e a serviços públicos digitais para a população, especialmente em áreas com menor infraestrutura tecnológica.

■ **Reestruturação da Escola Judicial (Ejug):** modernização da Ejug para aprimorar a formação de magistrados, servidores e colaboradores, com foco em novas tecnologias como inteligência artificial.

8.2 ESCOLA JUDICIAL

CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

74,61%

DOS MAGISTRADOS DO TJGO FORAM CAPACITADOS NOS CURSOS DA EJUG E NOS CURSOS CREDENCIADOS NA ENFAM

201

MAGISTRADAS E MAGISTRADOS CAPACITADOS EM

30

CURSOS OFERECIDOS PELA EJUG

100%

DOS MAGISTRADOS DO TJGO CAPACITADOS NOS EVENTOS DE FORMAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO, FÓRUNS E GRUPOS DE ESTUDO

449

MAGISTRADAS E MAGISTRADOS CAPACITADOS EM 241 CURSOS E EVENTOS DE FORMAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO OFERECIDOS PELA EJUG

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

A Ejug capacitou 90% dos servidores do Tribunal de Justiça, aproximadamente 5.509 servidores capacitados em 62 cursos presenciais, a distância e em eventos de formação oferecidos pela Ejug.

PÓS-GRADUAÇÃO PARA OS SERVIDORES

No ano de 2024 foram firmados acordos de cooperação com instituições de educação superior com o objetivo de capacitar os profissionais do TJGO para o adequado exercício profissional, por meio da formação

8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

de pesquisadores em nível de mestrado e doutorado, e a consequente realização de pesquisas científicas aplicadas em temas de interesse local e regional de ambas as entidades e da sociedade.



POVOS KALUNGAS E O ACESSO AO JUDICIÁRIO

O evento “Povos Kalungas e o acesso ao Judiciário” foi realizado no auditório da Ejug, em abril de 2024. A iniciativa reuniu magistradas e magistrados, servidoras e servidores do Poder Judiciário estadual, além de público externo, e contou com palestras e exposição fotográfica sobre as comunidades quilombolas e o acesso à justiça.

A exposição fotográfica “Diásporas negras: retratos de resistência”, registrada sob as lentes dos fotógrafos Agno Santos e Cecília Araújo, ilustrou o evento ao retratar a identidade e a singularidade da população kalunga, marcada pela luta e pela resistência.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE PRECEDENTES

A Ejug realizou, nos dias 13 e 14 de junho, em parceria com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), o Congresso Internacional de Precedentes. O evento, que chegou à segunda edição, contou com palestrantes do



Brasil, Estados Unidos, Itália, Espanha e Inglaterra, ocorreu no Plenário do Órgão Especial da corte goiana e teve ampla participação de juristas, acadêmicos e interessados no tema.

O objetivo principal do congresso foi incentivar o estudo aprofundado sobre os precedentes judiciais e os padrões decisórios, abordando sua raiz histórica, evolução, formação e aplicação tanto no Direito Comparado quanto no cenário jurídico brasileiro.

EJUG NA ESTRADA DO CONHECIMENTO

O projeto “Ejug na Estrada do Conhecimento” foi realizado entre junho e dezembro de 2024. Foram atendidas, na primeira etapa, 62 comarcas, priorizadas as da Região Norte e Nordeste do estado. Participaram 2.560 servidores, 464 conselheiros tutelares e 160 conselheiros da comunidade. O projeto é estruturado em três fases: um curso presencial; cursos auto instrucionais na modalidade a distância; análise das avaliações de reação para o replanejamento da segunda etapa.

8.3 AÇÕES DE INFRAESTRUTURA

MAIOR USINA FOTOVOLTAICA DE GOIÁS

O presidente Carlos França inaugurou a 22ª usina fotovoltaica do Poder Judiciário goiano, consolidando o TJGO como referência em sustentabilidade. Localizada em Cachoeira



8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

Dourada, a Central Geradora Fotovoltaica é a maior do estado e está alinhada ao programa Justiça Carbono Zero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com a nova usina, as centrais da Justiça goiana vão gerar 58% do consumo dos 158 prédios do TJGO, resultando em uma economia anual de quase R\$ 10 milhões aos cofres públicos. A usina foi construída em parceria com a Companhia Celg de Participações (Celgpar) e a Isofen Energy Engenharia de Sustentabilidade.

- Instalação de câmeras, gravadores e HDs em todas as comarcas do Estado de Goiás com monitoramento por meio da Central instalada no Complexo do TJGO em Goiânia;
- Instalação de circuito fechado de televisão (CFTV) IP, cerca virtual e sistema de controle de acesso em unidades judiciárias da capital, região metropolitana e interior do Estado;
- Instalação de 120 Salas de Depoimento Especial nos prédios da capital e nas comarcas;
- 75 edificações possuem geradores e nobreaks instalados, 21 unidades judiciárias estão em processo de instalação de geradores e nobreaks
- Reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Mineiros

As outras 21 usinas fotovoltaicas estão em pleno funcionamento, e estão instaladas em edifícios espalhados pelo estado, como o Edifício-Sede do TJGO, o Fórum Cível e o Fórum Criminal, em Goiânia, e nos fóruns das comarcas de Bela Vista de Goiás, Catalão, Nazário, Piracanjuba, Goiatuba, Corumbá, Santa Helena, Senador Canedo, Formosa, Goiás, Mossamedes, São Domingos, Buriti Alegre, Varjão, Firminópolis, Itajá e Piranhas.

- Reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Bom Jesus de Goiás
- Reforma do Fórum da Comarca de Catalão
- Reforma e adequação do Complexo do Tribunal de Justiça para a criação de 26 gabinetes de desembargador e 25 gabinetes de Juiz Substituto em 2º grau
- Construção dos Tribunais do Júri da comarca de Goiânia
- Adequações gerais no Complexo do TJGO para implantação do Restaurante Escola e reforma do piso dos estacionamentos.
- Obras em andamento:
 - ▶ Fórum de Família, Infância e Juventude da Comarca de Anápolis;
 - ▶ Construção do Fórum Cível da Comarca de Aparecida de Goiânia;
 - ▶ Reforma e Ampliação do Fórum de Nerópolis;
 - ▶ Reforma do Complexo dos Juizados Especiais Cíveis, Turmas Recursais e Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Goiânia.



8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

ESPAÇO MISLENE MEDRADO

Inauguração do Espaço Mislene Medrado, onde funciona a Diretoria de Planejamento e Inovação.



8.4 CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS



O Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás oferece visitas gratuitas mediadas com o objetivo de aproximar a sociedade da história e das práticas do Judiciário goiano.

5.553
VISITAS MEDIADAS
REALIZADAS EM 2024

PESQUISA DE PROCESSOS JUDICIAIS HISTÓRICOS NO CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA

A pesquisa de processos judiciais é essencial para compreender o funcionamento do sistema jurídico e analisar padrões e tendências nas decisões e práticas judiciais. Pesquisadores dessa área investigam arquivos e registros processuais para identificar questões recorrentes, mudanças na interpretação da lei e a eficiência do andamento processual.

204
SOLICITAÇÕES DE
PESQUISAS ATENDIDAS EM
2024

DIFUSÃO DIGITAL DE PROCESSOS JUDICIAIS HISTÓRICOS NO CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA

A difusão digital de processos judiciais envolve a disponibilização eletrônica de documentos e registros digitalizados, promovendo transparência, eficiência e acesso à justiça. Esse processo faci-

lita o acesso remoto de advogados, juízes, pesquisadores e cidadãos, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

16.000
PÁGINAS DIGITALIZADAS EM
2024

LANÇAMENTO DE TRÊS COLEÇÕES HISTÓRICAS NO REPOSITÓRIO DIGITAL ARQUIVÍSTICO DO CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA

O Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás lançou, no repositório digital arquivístico, três importantes coleções históricas: “História do Tribunal de Justiça”, “Escravidados nos Processos Judiciais do Século XIX” e “Violência contra a Mulher no Século XIX”. As coleções reúnem documentos e registros fundamentais para o estudo e a preservação da história judicial, com foco em temas de relevância social e histórica, e estão acessíveis para pesquisa e consulta pública.

8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

1ª SEMANA VEIGA VALLE

A 1ª Semana Veiga Valle, que celebrou a Páscoa do renomado artista sacro José Joaquim da Veiga Valle, maior representante da arte sacra em Goiás no século XIX, ocorreu nos dias 25 e 26 de janeiro de 2024, com o apoio do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás. O evento teve como objetivo reconhecer e divulgar a importância de Veiga Valle como o último grande representante do barroco brasileiro do século XIX.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA E VÍDEO AMBIENTAL – FICA 2024

O Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás participou ativamente da realização do FICA 2024 (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental), evento de destaque que promove a cultura, a arte e a reflexão sobre temas ambientais. A participação do Centro incluiu apoio à programação e à realização de atividades voltadas para a preservação do patrimônio cultural e histórico, contribuindo para a valoriza-



ção da memória do Judiciário e a promoção de um diálogo entre cultura, meio ambiente e sociedade.

PRÊMIO CNJ DE MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO

O TJGO foi agraciado com o Prêmio CNJ de Memória do Poder Judiciário na categoria Patrimônio Museológico, em reconhecimento ao esforço da instituição em preservar, promover e difundir a história e o patrimônio do Judiciário goiano. Este prêmio representa uma conquista significativa, consolidando o compromisso do TJGO com a preservação e o fortalecimento da história do Poder Judiciário, além de evidenciar a excelência das iniciativas voltadas à promoção e valorização da cultura judicial no Estado de Goiás.

18ª PRIMAVERA DE MUSEUS NO CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA

A 18ª Primavera dos Museus, com o tema “Museus, acessibilidade e inclusão”, ocorreu de 23 a 29 de setembro de 2024 no Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário de Goiás, com as seguintes atividades: acesso ao acervo digital; mostra fotográfica de Rosa Berardo; palestra sobre patrimônio arquivístico.

INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA FACHADA DO CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA

As obras de restauro na fachada do edifício histórico do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário têm como objetivo preservar e valorizar a arquitetura e os elementos históricos do

prédio. As intervenções buscam recuperar sua estrutura original, corrigir desgastes e garantir sua conservação a longo prazo, respeitando as normas de preservação. O restauro também visa assegurar a segurança do edifício, valorizando a memória do Poder Judiciário e mantendo o local como referência cultural e histórica para a justiça no estado.

MAIS

- Organização do V Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (ENAM), que acontecerá em 2025.
- Participação na Campanha “Orgulho de Ser”, uma ação do 8º Fórum Nacional de Museus.

8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

8.5 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

O tratamento dos documentos do TJ-GO tem por objetivo disponibilizar informações relevantes para a preservação da história e da memória das pessoas e da sociedade. A adoção de metodologias de avaliação de

documentos, descarte, higienização, digitalização, organização, descrição, garantem a preservação e o acesso aos documentos físicos ou digitais.

8.6 AVALIAÇÃO E DESCARTE



O descarte de documentos é resultado de uma avaliação minuciosa das informações e registros que garante a preservação dos documentos de guarda permanente e a formação do

patrimônio documental da instituição produtora do arquivo. Em 2024, foram iniciados os procedimentos para descarte de processos judiciais de 32 comarcas do interior que participam do

Projeto RenovArq. Até o momento, 15 comarcas estão em fase de análise, enquanto 5 aguardam para iniciar o processo. Além disso, 4 comarcas já tiveram seus processos

descartados e 8 aguardam o cumprimento do prazo legal para que o descarte seja finalizado, conforme detalhe no gráfico abaixo.

228 MIL
PROCESSOS JUDICIAIS DO 1º GRAU ANALISADOS

25.234
PROCESSOS JUDICIAIS DO 2º GRAU ANALISADOS

16
EDITAIS DE ELIMINAÇÃO PUBLICADOS

4.506
PROCESSOS ENCAMINHADOS AO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO

121 MIL
PROCESSOS DESCARTADOS

2.201
PROCESSOS ENCAMINHADOS AO ARQUIVO PERMANENTE

27,5
TONELADAS DE DOCUMENTOS DESCARTADOS

8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

8.7 TRANSFERÊNCIA DE ACERVOS E DESARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Por meio do desarquivamento de processos é realizado o atendimento a consulta aos documentos. Dessa forma, o TJGO possibilita às partes, aos advogados e aos pesquisadores o acesso a informações de interesse particular ou coletivo, direito garantido pela constituição federal.

TRANSFERÊNCIA DO ACERVO DOCUMENTAL DE 5 COMARCAS

8.945

CAIXAS ARMAZENADAS

1.590

SOLICITAÇÕES DE DESARQUIVAMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS ATENDIDAS

145

DESARQUIVAMENTOS MENSAIS

33

DESARQUIVAMENTOS SEMANAIS

8.8 COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA

ATIVIDADES DO SERVIÇO OPERACIONAL EM 2024

O Serviço Operacional do Gabinete Militar do Poder Judiciário (GMPJ) é responsável por garantir a segurança de magistrados, servidores e

frequentadores das unidades do Poder Judiciário, por meio de diversas atividades. Em 2024, o Serviço Operacional realizou diversas operações e policiamentos em apoio à segurança institucional:

- Reforço policial durante eventos do Poder Judiciário, como a posse de novos desembargadores, Programa Justiça Ativa no Fórum Cível de Goiânia e a posse de novos juízes substitutos do TJGO;
- Escoltas de magistrados em inspeções bimestrais no sistema socioeducativo, incluindo o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e a Casa de Semiliberdade;
- Patrulhamento e policiamento no Centro Educacional Infantil Desembargador Mauro Campos;
- Escolta durante as visitas técnicas da Comissão de Conflitos Fundiário do TJGO em várias cidades do Estado de Goiás;
- Escolta de objetos bélicos para destruição pelo Comando do Exército;
- Inspeção de segurança em diversas comarcas do Estado;
- Escolta Juizado Torcedor durante todos os jogos oficiais do ano;
- Garantia da ordem pública e da segurança no 58º Concurso Público de Juiz Substituto;

8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

SEÇÃO DE VIDEOMONITORAMENTO

A Seção de Videomonitoramento do Gabinete Militar do Poder Judiciário (GMPJ) é responsável pelo monitoramento em tempo real das unidades do Poder Judiciário na capital e nas 117 comarcas do interior do estado. Além disso, atende às solicitações de imagens feitas pelas autoridades de cada comarca.

CONTROLE DE ARMAS JUDICIAIS

O GMPJ realiza o controle de armas judiciais no Estado de Goiás, abrangendo o recebimento, armazenamento, catalogação e movimentação de material bélico para diferentes finalidades, como perícias, apresentações em júris, restituições e destruição junto ao Exército Brasileiro, entre outras. Essa divisão é responsável por gerenciar as armas sob tutela judicial em todas as comarcas do estado.

Ações em 2024:

- 13.748 armas de fogo recebidas, catalogadas e armazenadas no Depósito de Armas do TJGO;
- 6.997 armas destruídas;
- 6.635 armas recebidas;
- 116 armas restituídas aos proprietários autorizados;
- Implementado um fluxo contínuo para entrega e destruição, com previsão do encaminhamento de 7 mil armas para o ano de 2025.

8.9 JUNTA MÉDICA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Durante o exercício de 2024, foram realizadas ações administrativas de recebimento dos pedidos periciais das diversas comarcas e demais áreas do Tribunal de Justiça. Na Junta Médica Oficial do Poder Judiciário são realizadas perícias médicas, psicológicas e perícias do Serviço Social.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.676 documentos cadastrados via Sistema de Agenda de Perícias Médicas;
- 2.237 Processos Administrativos;
- 2.269 indicações de perícias para o Banco de Peritos da Corregedoria-Geral de Justiça;
- Cadastro, conferência, atestes e autuação e acompanhamento de processos de pagamentos das perícias realizadas pelos Profissionais do Banco de Peritos da

Corregedoria-Geral de Justiça: 441 pedidos de pagamentos de honorários de perícias realizadas via banco de peritos analisados, totalizando o valor de R\$ 849.743,52

PERÍCIAS JUDICIAIS AGENDADAS NA JUNTA MÉDICA

- 7.503 perícias judiciais agendadas pela Junta Médica
- Realização de exame de insanidade mental e de dependência toxicológica em réus (presos e soltos) do sistema judiciário goiano;
- Perícias médicas judiciais em processos cíveis da assistência judiciária, incluindo ações de indenização, interdição, obrigação de fazer, previdenciária, isenção de imposto de renda para aposentados,

8

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

banco de peritos, psicodiagnósticos;

- Coleta de material genético para exame de DNA;
- 382 perícias psicológicas: psicodiagnóstico realizado para réus e vítimas em processos criminais, complementando exames médico pericial psiquiátrico.
- Produção de provas em casos de crimes sexuais.

EXAMES OCUPACIONAIS

Por atribuição regimental os exames admissionais de novos magistrados e servidores são realizados na Junta Médica.

- 54 exames psicotécnicos
- 423 exames médicos admissionais
- 17 exames médico pericial para enquadramento de PcD



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás